

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

VINICIUS MELO ARAÚJO

**Deterioração dos Termos de Troca: Uma Análise Comparativa entre Brasil e
Coreia do Sul (1995 – 2017)**

Maceió
2020

VINICIUS MELO ARAÚJO

**Deterioração do Termos de Troca: Uma Análise Comparativa entre Brasil e
Coreia do Sul (1995 – 2017)**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado na graduação de Economia na Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Camila do Carmo Hermida

Maceió
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A663d Araújo, Vinicius Melo.

Deterioração dos termos de troca : uma análise comparativa entre Brasil e Coreia do Sul (1995-2017) / Vinicius Melo Araújo. – 2020.

72 f. : il.

Orientador: Camila do Carmo Hermida.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 69-72.

1. Industrialização. 2. Economia - Brasil - Coreia do Sul. 3. Relações de troca - Economia. 4. Comércio internacional. 5. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDU: 339.5.057.7



ANEXO II

REGULAMENTO PARA TCC DO CURSO DE ECONOMIA

ATA de Sessão Pública de Defesa de Monografia

Aos 26 (vinte-seis) dias do mês de junho, do ano 2020 realizou-se pela plataforma Webconferência RNP, plataforma oficial da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, a sessão de defesa pública da monografia: Deterioração dos Termos de Troca: Uma análise comparativa entre Brasil e Coreia do Sul, elaborada pelo(a) aluno(a) Vinicius Melo Araújo de matrícula 15112127.

A banca examinadora foi composta pelos professores:

Camila do Carmo Hermida (Orientador);

Ana Maria Rita Milani (Avaliador 1);

Verônica Nascimento Brito Antunes (Avaliador 2); deu início ao trabalho às 14 horas e 9 minutos. Após o aluno ter apresentado e respondido às questões formuladas, por cada um dos membros da banca, estes reuniram-se reservadamente para fazer o julgamento.

O presidente anunciou aos presentes o seguinte parecer:

- Aprovado (x)
- Aprovado com Revisão ()
- Reprovado ()

Com as notas apresentadas pela banca: 9,5; 9,5; 9,5 com a média de 9,5.

Nada mais havendo a discutir, a sessão de defesa de monografia foi encerrada e lavrada a presente Ata, sendo assinada pelos representantes da banca.

Maceió, 26 de junho de 2020.

(Orientador);

(Avaliador 1);

(Avaliador 2);

Coordenador do Curso de Economia

RESUMO

Em 2015 o Brasil sofreu uma grande recessão econômica, com diversos fatores conjunturais que contribuíram para reforçar a desaceleração cíclica na economia brasileira. Além disso, a atual crise brasileira é seguida de uma crise mundial de 2008 que possui efeitos até hoje em todo mundo. O objetivo desse trabalho é verificar se a deterioração dos termos de troca ainda é uma das principais causas para essas condições desfavoráveis, que também aparecem em outros países periféricos, por meio de uma análise comparativa entre Brasil e Coreia do Sul. O estudo é exploratório de natureza qualitativa. Foi feita uma revisão da literatura, por meio de pesquisa bibliográfica, buscando: contextualizar a formulação originária da tese Prebisch-Singer e seu funcionamento; identificar quais estudos existem sobre o debate acerca do tema; levantar informações históricas relevantes para o estudo comparativo entre Brasil e Coreia de Sul, enfatizando os processos de industrialização de ambos os países. Por fim, foi feita uma análise comparativa dos países citados, focada nos termos de troca e em outros elementos teóricos da abordagem estruturalista, utilizando estatística descritiva com dados obtidos em sítios de institucionais internacionais. Observando os impactos e resultados dos respectivos processos de industrialização tardios estudados, encontramos efeitos assimétricos entre os dois países após suas inserções no comércio internacional por meio do Processo de Substituição de Importações. Isso comprovaria que os efeitos negativos da deterioração dos termos de troca ainda permanecem. Porém, não se tem, de maneira geral, uma deterioração dos termos de troca nas últimas décadas.

Palavras-chave: Industrialização; Economia brasileira; Deterioração dos termos de troca; Comércio internacional; Desenvolvimento econômico

ABSTRACT

In 2015 Brazil suffered a big economic recession. With several conjectural factors that contributed to reinforce the cyclical slowdown in the Brazilian economy. In addition, the current Brazilian crisis followed the global crisis in 2008 that still has effects on global economy today. The objective of this work is to verify if the deterioration of the terms of trade is still one of the main causes for these unfavorable conditions, which also appear in other peripheral countries. The study is exploratory of a qualitative nature. A literature review was carried out through bibliographic research, seeking to contextualize the original formulation of the Prebisch-Singer thesis and its functioning; to identify what studies exist on the debate about the subject; to collect relevant historical information for the comparative study between Brazil and South Korea through the historical review of the industrialization processes of both countries. Finally, a comparative analysis of the cited countries was performed using descriptive statistics with data obtained from international institutional websites. Observing the impacts and results of the respective late industrialization processes studied, we found asymmetric effects between the two countries after their insertion in international trade through their Import Substitution Process (ISP). This would prove that the negative effects of deteriorating terms of trade remain. However, there is no general deterioration in terms of trade in recent decades.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento percentual do PIB - Brasil x Coreia.....	47
Gráfico 2: PIB per capita e Percentual de trabalhadores assalariados - Brasil x Coreia.....	48
Gráfico 3: Vantagens comparativas reveladas para matérias-primas – Brasil x Coreia.....	49
Gráfico 4: Vantagens comparativas reveladas para manufaturas – Coreia x Brasil	49
Gráfico 5: Indústria (incluindo construção), valor adicionado (% do PIB).....	50
Gráfico 6: Exportação como capacidade de importação (em moeda local) – Coreia do Sul x Brasil	51
Gráfico 7: Permuta líquida de termos de troca (2000=100)	52
Gráfico 8: Para onde o Brasil Exporta	53
Gráfico 9: O que o Brasil exporta	53
Gráfico 10: Crescimento de exportações brasileiras	54
Gráfico 11: De onde o Brasil importa	55
Gráfico 12: O que o Brasil importa	55
Gráfico 13: Crescimento das importações brasileiras	56
Gráfico 14: Saldo de balança comercial do Brasil – Exp. Imp. Saldo.....	57
Gráfico 15: O que a Coreia exporta.....	58
Gráfico 16: Para onde a Coreia exporta.....	58
Gráfico 17: Crescimento das exportações coreanas.....	59
Gráfico 18: Para onde a Coreia exporta.....	60
Gráfico 19: O que a Coreia importa.....	60
Gráfico 20: Crescimento das importações coreanas.....	61
Gráfico 21: Resultado da balança comercial coreana - Exp. Imp. Saldo	62
Gráfico 22: Balança comercial do Brasil com a Coreia - Exp. Imp. Saldo	63
Gráfico 23: Pauta de importação do Brasil com a Coreia do Sul.....	63
Gráfico 24: Pauta de Exportação do Brasil com a Coreia do Sul	63
Gráfico 25: Inflação, preços ao consumidor (% anual).....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 A Origem Da Teoria De Deterioração Dos Termos De Troca	10
2.2 A Tese Prebisch-Singer	12
2.3 Implicações Da Tese Prebisch-Singer	18
2.4 Revisão Da Literatura Empírica	23
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA BRASILEIRA E COREANA	24
3.1 Contexto Brasileiro	25
3.1.1 Brasil Pré-Industrial.....	25
3.1.2 Processo De Industrialização Do Brasil	28
3.2 A Economia Coreana	34
3.3 O Comparativo histórico entre Brasil e Coreia Do Sul	42
4. ANÁLISE EMPÍRICA DESCRITIVA DE BRASIL E COREIA DO SUL	46
4.1 Metodologia	46
4.2 Resultados E Discussões	47
4.2.1 Dados Brasileiros.....	52
4.2.1.1 Exportações Brasileiras	52
4.2.1.2 Importações Brasileiras	54
4.2.1.3 Balança Comercial Brasileira.....	56
4.2.2 Coreia Do Sul	57
4.2.2.1 Exportações Coreanas	57
4.2.2.2 Importações Coreanas	59
4.2.2.3 Balança Comercial Coreana.....	61
4.2.3 Relação Comercial Entre Brasil e Coreia Do Sul.....	62
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Em 2015 se iniciou uma das maiores crises da história econômica do Brasil. Os fatores conjunturais que contribuíram para reforçar a desaceleração cíclica na economia brasileira iniciada no período anterior foram os choques cambiais, desvalorização de 50,0%; de juros, Selic de 14,25% a.a.; e de alinhamento de tarifas públicas, que se traduziram em um aumento da inflação de 10,7% em 2015 (BACEN, 2015). Além disso, a atual crise brasileira é seguida de uma crise mundial de 2008 que possui efeitos até hoje em todo mundo.

Portanto, resgata-se o debate de como a atual economia brasileira poderia voltar a crescer e quais políticas poderiam utilizar para combater seu processo de desindustrialização e sua dificuldade de retomada para voltar a se inserir na economia mundial sem estar à mercê de um novo *boom* de *commodities*.

Não somente o Brasil, mas países como Equador, Chile e Venezuela também sofreram problemas econômicos durante os últimos anos e passaram por algum processo de reforma econômica (mesmo que relacionada apenas a fatores econômicos estruturais internos). Sendo assim, cria-se oportunidades de se retomar o debate em relação à teoria desenvolvimentista cepalina e o debate para o desenvolvimento de novas políticas que impulsionem as economias latino-americanas. Dentro disso, uma das teses que melhor sintetiza o corpo teórico desenvolvimentistas, e das mais difundidas que explica sobre o problema das economias periféricas – principalmente as latino-americanas –, é a Tese Prebisch-Singer, ou Teoria da Deterioração dos Termos de Troca

Portanto, delinear-se os seguintes objetivos de pesquisa: o objetivo geral foi entender a permanência ou não da deterioração dos termos de troca nesse contexto de depressão econômica recente. Não obstante, para uma resposta mais precisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: contextualizar a pesquisa dentro do objetivo geral verificando o papel do comércio internacional no desenvolvimento histórico da economia brasileira; e utilizar a experiência desenvolvimentista sul-coreana para entender como o modelo de industrialização em relação ao modelo brasileiro.

A medida dos termos de troca é escolhida por ser a principal teoria que impulsiona os trabalhos de Prebisch e Singer para explicar o atraso das economias

periféricas, já que esses países não conseguem nem mesmo manter os ganhos conquistados em seus níveis salariais e em seus valores de exportações pelo baixo valor agregado e elasticidade dos bens exportados por essas economias. Dessas perdas em balanças comerciais é que se explicariam os problemas econômicos internos dessas economias [periferia], pois, para compensar esses constantes déficits e perdas de ganhos em comércio internacional, necessitamos recorrer à conta de capital, o que implica em juros altos (consequentemente baixos investimentos e aumento de serviço da dívida). Isso, por sua vez, causa um déficit em contas governamentais (por conta de baixa arrecadação), financiamento da dívida nacional e monetização da dívida, o que estaria, de acordo com tal abordagem causando, por exemplo, os problemas inflacionários da economia brasileira. Ademais, acentua-se o processo de desindustrialização nacional, por não haver incentivos a sair do gargalo infra estrutural que se tem para promover a nossa industrialização.

Nesse contexto, buscaremos verificar por meio dessa abordagem teórica se essas condições desfavoráveis dos países periféricos (principalmente países latino-americanos) ainda permanecem para o Brasil e em que medida se sustentam até hoje. A partir daí teríamos base para saber se precisamos ou não de um novo processo de planejamento econômico que promova a nossa industrialização e a ampliação das nossas empresas nacionais, o que também serviria de solução para nossas crises internas, tendo como base a comparação com a história econômica coreana.

No primeiro capítulo trataremos um pouco sobre o contexto e origem da teoria da deterioração dos termos de troca como é conhecida hoje e o que é essa tese - por parte de seus dois principais autores, Prebisch e Singer -, bem como as implicações dessa tese e suas revisões empíricas. No segundo capítulo estudaremos sobre o desenvolvimento econômico da economia brasileira para a contextualização histórica do problema e o desenvolvimento sul-coreano para a finalidade comparativa explicada anteriormente, do período colonial até a década de 90. No final, será feita a análise, com estatística descritiva, sobre a realidade econômica dos dois países nas últimas décadas (1995 – 2017), verificando se as consequências esperadas a partir da tese de Prebisch e Singer se concretizaram, dando validade e embasamento a discussão geral do trabalho.

Além do interesse pela temática, o estudo possui relevância pelas seguintes razões:

- No campo acadêmico – pela contribuição que trará na discussão sobre políticas de desenvolvimento e na utilização de estudos comparativos em economia;
- No campo político – por se tratar justamente de impactos e problemas de ordem econômica para o país, incluindo a discussão direta sobre nosso histórico de políticas econômicas no país;
- No campo socioeconômico – por se tratar também de um estudo comparativo e abordar quais foram as possíveis falhas no processo de formação da nossa economia, sendo estabelecida uma via alternativa para se evitar esses problemas.

Assim, esse trabalho busca analisar, entender e verificar os fatores que levam a nossa especialização agrícola ainda ser um diferencial para o contexto da economia brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO¹

Todo o capítulo é destinado a revisar a teoria da deterioração dos termos de troca, comumente creditada a dois autores: Raúl Prebisch e Hans Singer. Bem como apresentar um pouco da visão dos autores sobre a política econômica e as consequências resultantes desse fenômeno. Há uma clara relação entre crescimento econômico e o desempenho da balança comercial de cada nação, tanto quando se fala de incrementos de renda quanto a variações de preços.

2.1 A Origem Da Teoria De Deterioração Dos Termos De Troca²

Prebisch se formou e lecionou na Universidade de Buenos Aires. Também chegou à presidência do banco central da Argentina e pôde perceber prematuramente o comportamento de queda dos preços dos bens primários da Argentina. Em 1948 foi convidado a trabalhar na Cepal (Comissão Econômica para

¹ Aqui foram utilizados diretamente as obras de Singer (1949, 1978) e Prebisch (1950).

² Biografias retiradas da dissertação de mestrado de Júlio Castro Alves (2014): “Revisão empírica da tese Prebisch-Singer no período pós Bretton Woods.”

a América Latina), na coordenação de um estudo sobre a América Latina. Na década de 60 foi para a secretaria geral da Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas.

Do outro lado, Singer foi aluno de Schumpeter, teve contato com Keynes durante seu doutorado em Cambridge e trabalhou no Departamento Econômico das Nações Unidas em meados de 1947. Durante seu tempo nas Nações Unidas participou da publicação de um estudo inicial que observava as relações dos preços de bens primários no mercado internacional: *“Post-war Price Relations between Under-developed and Industrialized Countries”* (1949).

Esse estudo de Singer incluía uma avaliação dos termos de troca dos produtos manufaturados e agrícolas no período de 1876 a 1948, mostrando uma deterioração dos mesmos, independentemente da presença de um ciclo de valorização dado entre 1938 e 1948. Este artigo foi terminado antes do *“The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries”* (1950)³ e antes também do artigo seminal de Prebisch: *“O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas”* (1950).

Prebisch e Singer possuíam interesses similares em determinados autores como Keynes e Schumpeter. Desde que ambos trabalharam nas Nações Unidas por volta da mesma época, fizeram seus trabalhos como extensões das pesquisas empíricas realizadas pelo departamento de assuntos econômicos, incluindo o estudo de Prebisch em 1950 sobre a pesquisa qual participa Singer em 1949.

Contudo, Prebisch e Singer chegam a encontrar conclusões similares no que diz respeito as causas e conseqüências desse fenômeno e propostas compatíveis para o problema do subdesenvolvimento – mesmo que o foco de Prebisch fosse centrado na América Latina –, seguindo caminhos paralelos sobre o tema.

Na época, a tese de deterioração dos termos de troca causou um grande debate entre os economistas contemporâneos – e até posteriores a Prebisch e Singer. (i) A teoria contrariava o paradigma clássico, que considerava a lei de rendimentos decrescentes, vantagens absolutas e vantagens comparativas; (ii) contrariava o modelo Heckscher-Ohlin (H-O), outra visão ortodoxa predominante sobre comércio internacional, em que se acreditava numa equalização dos fatores

³ Posteriormente posto como capítulo do seu livro utilizado como referência: *Strategy of International Development: Essays in the Economics of Backwardness* (1978).

de produção, dado que os países teriam maiores ganhos ao se especializarem nos fatores que tivessem em maior abundância e fossem mais produtivos; (iii) controvérsias e debates pelas críticas à validação empírica da tendência secular de deterioração dos termos de troca.

A explicação para a hipótese Prebisch-Singer da deterioração dos termos de troca basicamente teria dois rumos: (i) Diferença de elasticidade renda da demanda dos produtos manufaturados e primários; (ii) Assimetria entre o mercado de fatores do centro e da periferia.

Neste segundo ponto Singer sempre tratou mais de como se davam as relações de domínio tecnológico pelo centro, enquanto Prebisch sobre a alocação do excedente do trabalho. A ideia central contida no trabalho de Singer (1978) é que, como o progresso técnico se concentra na atividade industrial, o mesmo permite que os produtores do centro tenham certo poder de mercado ao produzirem novas tecnologias e tendo manutenção ou elevação de preços no curto prazo, o que obviamente não ocorre num mercado competitivo como o de bens primários. Já Prebisch considera que a resistência natural de se elevar a procura mundial de produtos primários, associada à existência de um elevado excedente populacional – que também possui baixa produtividade – gera uma pressão para baixo sobre os salários, justamente contrariando a ideia de equalização de fatores produtivos.

2.2 A Tese Prebisch-Singer

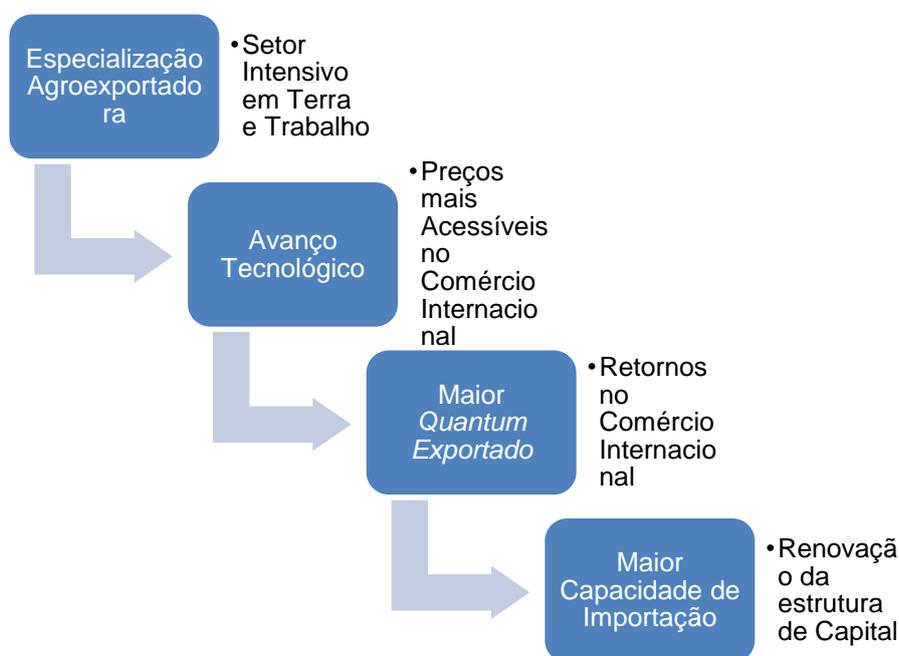
O modelo Heckscher-Ohlin⁴, que foi a teoria predominante sobre comércio internacional no pós-guerra era o núcleo da Teoria de Comércio Internacional da época. Um dos resultados mais importantes do modelo é que, atendidas certas premissas, o livre comércio levaria a equalização das remunerações dos fatores de produção (Krugman e Obstfeld, 2004). Segundo esta premissa, a América Latina não teria motivos e razões para se industrializar. A hipótese Prebisch-Singer sustenta que, ao contrário do modelo Heckscher-Ohlin, os ganhos de comércio eram distribuídos de forma desigual, o que causaria, além das consequências que

⁴ Extensão da teoria das vantagens absolutas de Smith (onde o país absolutamente mais produtivo se especializa numa produção X) e da teoria das vantagens comparativas de Ricardo (onde o país se especializa no que é relativamente mais produtivo na sua economia interna). Sendo assim, a contribuição teórica do modelo é mostrar como os países também se especializariam em técnicas produtivas que sejam mais intensivas nos fatores produtivos mais abundantes naquela nação.

serão descritas, justamente a não equalização de remuneração, principalmente, do trabalho no centro e na periferia.

O padrão de comércio internacional funcionava da seguinte forma: países desenvolvidos detentores da produção industrial – seja de bens duráveis ou de capital – nas atividades voltadas para os setores internos e externo; de outro lado, há os países subdesenvolvidos com um comércio externo dinâmico, entretanto, movido a investimentos externos e especializado em bens primários, além do setor doméstico com baixa produtividade. Portanto, uma clara divisão internacional do trabalho.

Figura 1: Dinâmica comercial das teorias de comércio internacional



Elaboração própria

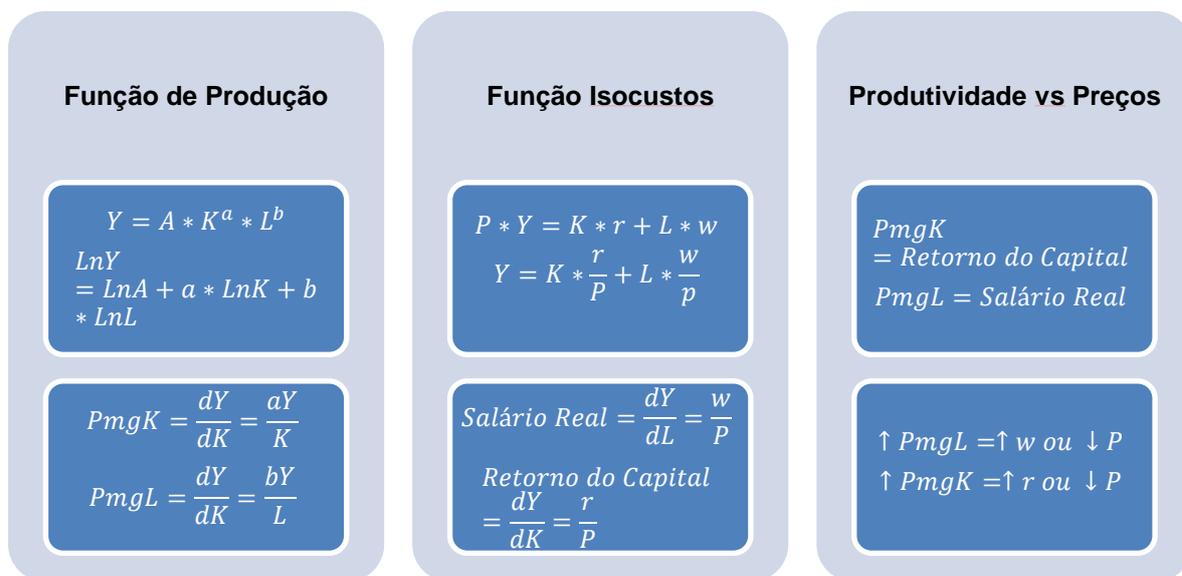
A crítica ao modelo vigente de comércio internacional (H-O), argumenta que ele não explica como se dá essa dinâmica centro-periferia. Obviamente há vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho e a participação no comércio internacional, mas isso passa a ter bases num paradigma que não abrange a total realidade fatos.

Então, para entender como se dá tal fenômeno da deterioração dos termos de troca, os autores vão partir dos microfundamentos que possibilitam isso – assim como se dá nas hipóteses da economia clássica.

O primeiro ponto é como os ganhos econômicos se distribuem na economia. Progressos tecnológicos e ganhos de produtividade são refletidos em ganhos reais, sendo estes possibilitados por incrementos de renda ou queda de preços, dado que renda real é exatamente a renda nominal dividida pelo nível de preços de uma cesta de consumo, ou seja, há duas formas de distribuir esses ganhos.

Esses efeitos podem ser nulos, quando se fala de uma situação hipotética de economia fechada, porque os efeitos na renda real daquela economia seriam exclusivos àquela economia. Porém, quando se trata de um contexto onde há economias abertas, transacionando entre si, o cenário é particularmente diferente. Consumidores e produtores são duas classes separadas, principalmente quando capitalistas industriais estão em uma região geográfica distinta do seu mercado consumidor, por exemplo, os países subdesenvolvidos que importam bens duráveis.

Figura 2: Distribuição dos ganhos de produtividade



Elaboração própria

Logo, considerando que os países periféricos necessitam também de uma maior inserção internacional para se promoverem economicamente, o progresso tecnológico nos países subdesenvolvidos é repassado em queda de preços, o que já causaria uma deterioração dos preços relativos internacionais, e nos países desenvolvidos se reflete em aumento de remuneração dos fatores. Como consequência, temos que os países periféricos tomam perdas ao distribuir seus

ganhos pela queda de preços, afetando seus rendimentos em trocas internacionais, enquanto os países industrializados tomam vantagem por manter uma crescente ou estabilidade de preços e distribuindo seus ganhos internamente em níveis de remuneração.

É dessa diferença na forma de distribuição, que os países industrializados começam a ter suas vantagens frente aos países subdesenvolvidos, porque conforme o país tem sua cadeia produtiva mais especializada em bens finais, os ganhos econômicos são repassados em ganhos de remuneração dos fatores, o oposto ocorre para os países desindustrializados focados em *commodities*. Nisso já estaria evidente como o fruto do progresso técnico não tende a repartir-se igualmente, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações.

Do ponto de vista de Prebisch, a teoria também deveria ser desenvolvida numa perspectiva que correlaciona ciclos da economia capitalista com o movimento dos preços no mercado internacional. Segundo o autor, na crescente do ciclo a procura pelos bens da periferia supera a oferta e o excesso de demanda tende a se ajustar via preços. O inverso se aplica para a “minguante” do ciclo. Nesse contexto, há deterioração dos termos de troca em favor da periferia, pois os preços dos bens primários sobem com maior elasticidade que os bens finais na crescente do ciclo, mas também caem mais rapidamente na “minguante”. Isso significa que os preços dos bens finais vão se distanciando do preço dos bens primários.

Na crescente cíclica, o centro transforma seus ganhos em remunerações. Todavia, na minguante cíclica o aumento de salários conquistados anteriormente são resilientes a baixas pela força dos sindicatos. Esta pressão é transmitida para a periferia do sistema. Isso se dá porque há concorrência entre os empresários e pressões sindicais no centro.

Portanto, a resistência salarial no centro será repercutida inversamente de nos salários da periferia. Os países subdesenvolvidos não têm uma base forte em relação aos direitos adquiridos pela classe dos trabalhadores, por conjuntura política de serem países relativamente mais “atrasados” nesse aspecto. A desorganização dos operários nos setores de produtos primários impossibilita conseguir aumentos de salários análogos aos dos países industriais, ou mesmo para fazer frente à elasticidade e flutuação de salários, pois se demanda muito mais

esforço – seja sindical ou não – para se ter e manter conquistas para a classe laboral, enquanto países desenvolvidos tem uma melhor estrutura política e contexto econômico para não sofrer do mesmo problema.

Resumidamente, temos que no período cíclico dos preços as remunerações reais dos fatores de produção dos bens finais sobem em períodos que os preços deveriam cair e essas remunerações se mantêm no período em que os preços deveriam subir em virtude da citada resistência a oscilação. A maior eficácia dos trabalhadores dos centros em aumentar seus salários na crescente cíclica e mantê-los na minguate, assim como a capacidade dos centros em transferir a pressão cíclica para a periferia e forçar a reduzir suas remunerações, esclarece o porquê de as remunerações no centro tenderem insistentemente a aumentar mais rapidamente que na periferia. Nesta dinâmica se revela o mecanismo no qual Prebisch explica como os centros industriais conservam os ganhos oriundos do progresso técnico em suas economias, bem como se coloca em situação conveniente para colher parte dos frutos do progresso técnico da periferia.

De acordo com Singer, outros fatores também ajudam a explicar a relação desfavorável nos termos de troca, como a baixa elasticidade preço da demanda dos alimentos e matérias primas. Os bens primários certamente possuiriam uma elasticidade de preços muito maior do que bens acabados, que leva a flutuações de preços mais acentuadas do que setores manufatureiros possuindo uma elasticidade de oferta maior. As importações e exportações impactam acentuando essa volatilidade de preços em períodos cíclicos, causando desequilíbrios nas contas externas, porque o centro tem um poder de monopólio maior para determinar seus preços e sua oferta, enquanto bens primários são o extremo oposto.

Somando a essa tendência que os países industrializados possuem de um distanciamento de preços no mercado internacional, Prebisch (1950), além de Singer, também observa mais uma tendência no período pós-guerra: não necessariamente a perda em termos de troca estaria se refletindo apenas em níveis de preços de *commodities*, mas poderia ser refletido pelo nível de consumo maior ou menor para certa categoria de bens. Ademais, a elasticidade renda da demanda dos bens primários também não é tão elevada quanto a de manufaturas que estão sempre renovando a estrutura de consumo do mundo, impactando assim no retorno em balança comercial dos países.

Os coeficientes de importação dos países industrializados acabam por cair e ferem ainda mais os saldos de transações correntes dos países subdesenvolvidos. Isso, pois eles se mantêm ativos no mercado internacional pela necessidade de importar bens de capital, bem como outros bens de consumo duráveis, e possuem uma forte participação no comércio internacional para exportação seus bens intermediários e primários. Sendo assim, os ganhos de renda, produtividade, entre outros que são alcançados pelo resto do mundo, não são passados para os países subdesenvolvidos, que até certo ponto viria a causar uma escassez de dólares nesses países, acompanhada de uma tendência de déficits em transações correntes.

Com a intensificação em tecnologias mais eficientes, há uma necessidade menor de insumos básicos na indústria dos países desenvolvidos, diminuindo estruturalmente as exportações nos países periféricos. Logo, essa elasticidade renda nem sempre converte os excedentes do comércio internacional em maior consumo para países que exportam *commodities*.

O comportamento da tendência dos preços notado por Singer mostra que os preços se moveram contra os países exportadores de bens primários e a favor dos exportadores de bens manufaturados. Isto quer dizer que, de acordo com esta teoria, os preços dos bens primários mantêm uma tendência secular de deterioração em relação aos preços dos bens manufaturados. Em resumo, temos que os países desenvolvidos possuem ganhos ao longo do tempo por observar como em períodos cíclicos os bens manufaturados possuem uma menor volatilidade na variação de seus preços e uma tendência mais inclinada de elevação de preços que os bens primários.

As duas formulações teóricas apresentadas são paralelas e complementares, a maior diferença entre elas é que para um autor a pressão à queda dos preços é dada através do mercado dos produtos e para o outro é por meio do mercado de fatores de produção.

Figura 3: Dinâmica entre *Commodities* e Bens industrializados



Elaboração própria

2.3 Implicações Da Tese Prebisch-Singer

A teoria de Prebisch-Singer causou grande impacto no pensamento econômico da época e acabou por formar o pensamento econômico latino-americano, por tratar dos efeitos de se exportar bens primários, apresentar a questão estrutural dual que existia na época e como isso gerava um entrave para o desenvolvimento econômico da região.

Temos que a tese Prebisch-Singer buscou falsear a suposição das vantagens comparativas mostrando que na prática países exportadores de bens primários, possuindo baixa elasticidade renda da demanda e intensos importadores de produtos manufaturados – que o caso oposto dos bens primários - enfrentariam empecilhos para equilibrar suas contas externas. Como dedução da diferença entre elasticidade renda dos países, as importações teriam uma tendência de serem maiores que as exportações.

Dadas essas questões teóricas, o que ocorre como reação prática, principalmente na América Latina, a exemplo, é que se busca reduzir os impactos desses déficits por meio de diversas políticas externas como barreiras comerciais, tarifas para importações e controle de câmbio, de forma que se recuperem reservas

cambiais e saldos comerciais positivos – no mínimo para se alcançar o equilíbrio na balança de pagamentos. Dado que, mesmo na época de Prebisch, os dólares auferidos pelo comércio constantemente não eram suficientes para a importação necessária de bens de capital e partidas passivas, pelo menos no processo inicial de industrialização.

Porém como consequência de toda essa trajetória, temos que os países periféricos acabam por causar a própria inflação interna, o que corrói ganhos reais que poderiam haver nessas economias. Entretanto, esse aspecto inflacionário negativo ocorre porque a política comercial feita não necessariamente favoreceu a importação de bens de capital essenciais ou o reinvestimento de lucros obtidos durante esses períodos inflacionários, na realidade houve apenas uma transferência de ganhos para os empresários e os repasses de lucros, o que gera uma redistribuição de renda e falsa impressão de aumento total da renda da nação.

Ainda a exemplo de América Latina, na segunda metade do século XX, tais economias recorreram a políticas de dolarização e políticas de âncoras cambiais, ou seja, muitas dessas políticas – ainda com resquícios até hoje pela política novo-clássica - tinham o foco central no controle de juros para se ter equilíbrio em balança de pagamento via conta capital. De uma forma ou de outra, houve estabilidade macroeconômica nesses países, mas a custo do desincentivo a níveis maiores de investimento privado e que seria um fator difícil de se recuperar, já que os juros é uma condição necessária – podendo bloquear investimentos -, mas não suficiente para se ter gastos privados, principalmente em um contexto onde vários países estavam declarando moratória pela incapacidade de pagar suas dívidas externas (ORDEM DO PROGRESSO, 1998).

Dentro disso, podemos falar como a formação de poupança - que para Prebisch, é necessária para se ter incrementos de produtividade e, por sua vez, eleva o nível de vida da população, gera crescimento econômico e receitas públicas – é afetada negativa e significativamente nos países da periferia. A falta de poupança acaba sendo uma das maiores barreiras para a industrialização e é alinhada com hábitos de consumo que seguem o mesmo tipo de consumo dos países centrais.

A capacidade de consumo é prejudicada nos países da periferia, gerando uma inevitável necessidade de se recorrer novamente ao capital externo – mesmo

capital que veio a endividar esses países. Então, assim como Singer diria, apesar dos países menos desenvolvidos terem certa industrialização possibilitada, o investimento necessário e os retornos gerados por esse capital estariam todos remetidos ao exterior. Então, haveria níveis de emprego maiores com produtividades maiores, porém esses efeitos seriam apenas circunstâncias geográficas básicas de se ter um setor industrial em uma localidade sem nenhum efeito cumulativo ou multiplicador para essa mesma região e sem necessariamente ter os ganhos em termos de troca necessários, dado que tudo estaria remetido ao exterior.

Figura 4: Ciclo econômico na periferia



Elaboração própria

Conforme a América Latina possui recursos muito escassos a sua disposição e limitações de se recorrer ao capital externo, é crucial a preocupação em como é possível se utilizar mais eficientemente esses recursos. A fim de promover desenvolvimento aos países em contextos similares, Prebisch argumenta que o melhor seria promover uma melhor cooperação pública e privada para que os excedentes econômicos tenham uma finalidade mais efetiva no que se refere a elevar a taxa de produtividade dessas economias. É daí que viria a ideia de se reduzir coeficientes de importações, com foco na importação de bens “não-

essenciais”, para priorizar as importações de bens de capital, justamente o que equivaleria a melhores meios de produção e maiores produtividades.

Com o menor coeficiente de importação, estes países teriam capacidade de crescer a uma velocidade maior sem prejudicar o balanço de pagamentos. Mais ainda, o sucesso do processo de industrialização (substituição de importação) estaria atrelado à capacidade de alocar as divisas adequadamente, deixando as importações de bens não essenciais preteridos em relação aos bens de capital e insumos industriais. À medida que a substituição de importações avança, a diminuição do coeficiente torna-se mais custosa, pois a passagem de substituição de bens não duráveis para duráveis acarreta importação de matérias de maior tecnologia e valor e constante necessidade de bens intermediários e de capital, exigindo para si mais divisas. Estes bens possuem alta elasticidade renda e são necessários à nova etapa da produção industrial, uma vez que ela segue para atividades industriais de maior valor adicionado. Neste momento, com a incapacidade de sustentar um coeficiente de importação baixo, seria necessária uma intervenção direta do Estado no intuito de antecipar e programar investimentos em bens de capital e intermediários (PREBISCH, 1949).

De forma similar Singer também enxergava a necessidade de modificar o perfil de investimento e comércio internacional mudando gradualmente a estrutura considerada de vantagens comparativas dos países subdesenvolvidos.

Primeiro, a cooperação e assistência tecnológica agiriam como forma de mudar a divisão internacional do trabalho. Além disso, se ressalta a importância da retenção e reinvestimento dos lucros internamente; uma melhor política em relação a lucros, principalmente política fiscal, para utilizá-los em prol do desenvolvimento econômico; converter melhor os ganhos de produtividade em aumento real de remunerações, gerando aumento de poupança, crescimento de mercado interno e, assim, sustentar a indústria doméstica e uma estrutura produtiva nova. Por fim, absorver também progressos técnicos da produção de bens primários.

Figura 5: Ciclo de desenvolvimento na periferia



Elaboração própria

Uma decorrência importante da tese Prebisch-Singer é que, por meio da deterioração dos termos de troca, os ganhos do comércio internacional induziriam muito mais o crescimento da renda em países exportadores de bens manufaturados do que aqueles exportadores de bens primários. A conclusão do visto é que surpreendentemente a deterioração dos termos de troca ocorreria não apenas pela natureza dos produtos exportados, mas também pela configuração da estrutura econômica destes países. O investimento externo de países industrializados em subdesenvolvidos levaria a criação de economias duais e heterogêneas, onde o setor exportador de bens primários seria mais moderno e dinâmico, deixando a mercê o arcaico setor doméstico, de baixa produtividade.

O produto da falta de novos setores de atividade, barreiras à imigração (nos países industrializados) e obstáculos ao processo de industrialização tardio (falta de capital e geração de novas tecnologias), resultam em abundante mão-de-obra para as atividades exportadoras (oferta elástica) e esta competição minaria seus salários. Deste modo, por conta da dificuldade de organização sindical, os ganhos de produtividade deste setor seriam transferidos para os preços, e não transformados em renda. Portanto, a tese Prebisch-Singer é um modelo de interligação entre a estrutura econômica e social e o comércio internacional. Nessas condições, os

caminhos pelos quais os ganhos do comércio conectar-se-iam com ganhos para o trabalhador são dificultados. A estrutura de má distribuição de renda tenderia a se reproduzir, mantendo inócuas as vantagens advindas do comércio internacional, uma vez que as premissas de oferta inelástica de trabalho e de tecnologia como um bem livre não seriam satisfeitas.

Contudo, a defesa de políticas econômicas em prol da industrialização não depende da deterioração dos termos de troca e estas propostas não são avessas ao comércio internacional ou a favor da excessiva planificação econômica, pois a principal pressuposição delas é que o aumento das exportações daria folga à restrição externa, inclusive a favorável da integração econômica, o que seria uma maneira de conseguir escalas de produção e aumento de eficiência produtiva – muito similar ao resultado sul-coreano.

2.4 Revisão Da Literatura Empírica

A teoria de deterioração dos termos de troca também não pode ser ausente de evidências empíricas já que se trata de balança de pagamentos e crescimento/desempenho econômico. Por sua pouca discussão deduz-se que a teoria parece ter sido ignorada na literatura econômica. Essa marginalização é um erro, dado que muitos economistas se propõem a estudar crescimento econômico e economia internacional, mas existe uma vasta bibliografia dando suporte e contrariando a tese.

Contudo, é necessário se atentar para as particularidades de cada estudo e pesquisa citada. Quando se parte para a análise empírica do objeto, é necessário se esclarecer as medições feitas, os fatores utilizados, critérios feitos e até questões conceituais e algébricas de cada autor. A exemplo disso, um autor pode estar analisando períodos históricos diferentes, cestas de bens diferentes e bases de dados com metodologias diferentes – sejam metodologias acrônicas ou simplesmente distintas.

Ocampo e Parra (2010) analisam a evolução dos termos de troca dos produtos primários entre 1865 e 2009. A série se baseia em quatro índices: um total, um para metais, e outros dois para agricultura tropical e “não-tropical”. Além disso, utilizou-se do Valor Unitário de Manufatura (MUV) e um índice criado por Arthur

Lewis para calcular os preços reais dos produtos. Os resultados econométricos mostram que houve uma melhora dos termos de troca em favor dos bens primários entre o fim do século XIX e inícios do século XX. Entretanto, após isso há uma quebra estrutural em 1920 para baixo e logicamente esse saldo positivo foi seguido de um forte declínio de longo prazo durante o restante do século XX, especialmente a partir da década de 70, quando houve uma segunda quebra estrutura das estimativas. Na primeira década do século XXI registra-se uma melhora dos termos de troca que, no entanto, de longe não reverte a tendência secular.

Grilli e Yang (1988) constroem índices de preços baseados nos mesmos índices de Lewis e o MUV, mas com outros índices de preços que pudessem abarcar outros períodos da série com mais precisão, que pegam um período da década de 1900 até 1986 e encontraram uma deterioração de 0,6% a 0,7% ao ano, quando a participação de manufaturas nas exportações dos países desenvolvidos salta de 3,7% em 1799 para 21,2% em 1979. Nesses índices estão englobados produtos não-alimentícios da agricultura, alimentos, metais, produtos manufaturados e o que os autores chamam de commodities não-combustíveis e combustíveis. Essa variedade de bens foi possível por meio da ampla margem de índices que foram utilizados para criar o índice da pesquisa.

Hadass e Williamson (2001) fazem uma pesquisa com dados em painel e as séries que foram construídas servem para o período de 1870 a 1940. O estudo observa uma assimetria entre as duas classes de países, centro e periferia, mas sem evidenciar uma tendência de deterioração dos termos de troca analisados. A grande inovação desse estudo é que ele não analisa apenas os índices de preços, mas também agrupa países em centro e periferia para o estudo, por isso os dados em painel após toda essa revisita a discussão.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA BRASILEIRA E COREANA

Essa seção é destinada a revisar a formação econômica de ambos os países analisados. Bem como apresentar um pouco as semelhanças e diferenças em seus processos de industrialização. Há algumas peculiaridades nos desfechos e continuidade nos processos de substituição do Brasil e da Coreia que poderiam justificar o êxito coreano em sua política econômica.

3.1 Contexto Brasileiro

3.1.1 Brasil Pré-Industrial⁵

A colonização do Brasil foi parte de um processo de expansão comercial da Europa que se deu por pressões políticas e econômicas que cerceavam o reino de Portugal. Havia uma expectativa grande sobre o que se encontraria de riqueza nas terras americanas, mas o que foi encontrado parecia inútil à primeira vista e, portanto, se fez necessário achar utilidade econômica para tamanha porção de terra (Furtado, 1959). Após certo período extrativo nas Américas, Portugal se empenhou em tornar as terras brasileiras em uma colônia agrícola para a fabricação do açúcar, que era uma especiaria bem demandada pela Europa na época.

Em etapa inicial se utilizava mão-de-obra escrava indígena e posteriormente passaram para a mão-de-obra africana na medida em que era necessária a expansão da estrutura açucareira.

Tal estrutura também demandava uma certa quantidade de gado para o seu funcionamento como força motora, mas também como fonte de alimento daqueles polos econômicos. Num certo período, a criação de gado foi proibida no litoral pelo conflito com as plantações de cana-de-açúcar e, logo, houve uma expansão e interiorização da faixa econômica e social da região. Daí temos uma atividade pecuária em paralelo à açucareira.

Após já estabelecida a monocultura da cana-de-açúcar, após os acontecidos relativos à união ibérica durante as décadas da virada do século XVI para o século XVII há uma invasão holandesa no país. Posteriormente Portugal, sob domínio espanhol, consegue expulsar os holandeses de suas terras, porém esses conheciam com maestria a produção de açúcar e migrando para suas colônias nas Antilhas conseguem desbancar o que antes seria a fonte de renda fornecida pelo Brasil colonial.

Então o Brasil sofre uma primeira crise, a do ciclo do açúcar, desde já tornando evidente sua dependência externa. Houve tentativas de se migrar para o

⁵ Essa seção é baseada principalmente na obra de Celso Furtado (1959), Formação Econômica do Brasil.

algodão, por exemplo, mas nada que retomasse a antiga atividade econômica que Portugal tinha conquistado.

É no século XVII que o Brasil acha uma nova fonte de gerar lucros para a sua metrópole e assim começa o apogeu do ciclo aurífero no Brasil ainda colonial. Vale ressaltar, que foi importante esse período também para a expansão das terras brasileiras com a finalidade da mineração, havendo uma migração para as regiões mais ao atual sudeste do país. Não somente migração interna, mas também migração de população europeia para o Brasil, até porque o ouro de aluvião não necessitava de recursos tão elevados para sua exploração.

Junto a mineração brasileira também um forte crescimento da criação de gado e da pecuária, gerando mais insumos até para a exportação de couro. Esse fato se deu pela maior demanda por animais de carga e alimentos na região meridional do país, enquanto a atividade pecuária no Nordeste surgiu com dependência do setor açucareiro. Sendo assim, até possível uma melhor especialização na criação de gado.

A partir disso também houve uma busca por bens manufaturados na colônia, principalmente se precisava de uma atividade metalúrgica e siderúrgica para ferocar animais de carga, por exemplo. Mas, num geral, Portugal se tornou um polo agrícola e dependente da Inglaterra, principalmente pelo tratado de Mathuen. Ademais, o Brasil da época também não tinha imigração de uma mão-de-obra capaz de organizar um centro manufatureiro no país, até porque era uma região com abundância em minerais para tais atividades, e a oportunidade de tal avanço se perdeu já nessa época.

Esse ciclo, entretanto, teve seu fim marcado quando a produção de ouro sofre redução devida ao seu próprio processo de mineração, aluvião, e por se manter a forte exploração da metrópole sobre a mineração brasileira. Enquanto isso, no fim do mesmo século, temos o advento da revolução industrial e a independência das Antilhas, com impactos óbvios numa leve recuperação para o setor açucareiro, com crescentes no mercado de couro e para formação de um setor industrial têxtil.

Na segunda metade do século XIX temos um novo ciclo, o ciclo cafeeiro se fortalecendo. Se tornando o Brasil um grande detentor da oferta mundial de café, teve um novo setor agroexportador muito forte com boas taxas de lucros.

Mas novamente uma atividade vulnerável as demandas mundiais, que já possuem uma inelasticidade-renda para esse tipo de bem primário e parte da valorização do café vinha de políticas econômicas como as do Convênio de Taubaté, que claramente poderia camuflar um pouco o desempenho do setor por se basearem na compra do excedente de sacas de café que estariam nas mãos dos cafeicultores.

Como consequência devida de se focar e investir muitos recursos para uma atividade agroexportadora como a do café, há uma nova crise noutro ciclo econômico brasileiro como em períodos antecessores devido a década de 20 que foi marcada por uma guerra e uma grande crise mundial, o que não só afetou os volumes de transações internacionais como também afetou o sistema financeiro internacional da época.

De certa forma, contemporaneamente, também havia o ciclo da borracha na região Norte que estava em disputa com o café nas nossas pautas de exportações. Com o desenvolvimento da indústria o látex seria um insumo muito importante para o mundo, principalmente para indústria automobilística como fabricação de pneus. Mas outro ciclo infeliz com o contexto internacional que se formou na época, com uma economia amazônica pouco diversificada e concorrência internacional.

Após esse período a economia passa a se voltar ao mercado interno, buscando superar a crise externa e há uma inversão de capitais para o setor interno da economia. No entanto, se faz necessária a importação de bens de capital para condicionar essa expansão econômica pra o mercado interno, inclusive porque envolve o desenvolvimento do setor industrial.

Até então, o Brasil só teve como forma de política econômica subvenções do governo, e durante os períodos em que se estabelece o fim da mão-de-obra escrava e a independência do Brasil, ou seja, no seu período imperial. Logo, o império buscou principalmente subsidiar as importações da indústria nacional. Mas, mesmo após se voltar à política econômica para o mercado interno, pouco foi o sucesso da industrialização do Brasil até os anos que sucedem essa grande época de formação econômica do país.

3.1.2 Processo De Industrialização Do Brasil⁶

A partir deste contexto, surge a política de substituição das importações (PSI), que é a substituição de importação de produtos manufaturados por produção industrial nacional. Para o Brasil a quantidade exportada e o preço recebido pelas exportações diminuíram como consequência da depressão mundial de 1929, na primeira república, e foi o marco para o período de transição do modelo agroexportador para o modelo de industrialização por substituição de importações. Nesse período, se evidenciou a dependência dos países periféricos por bens manufaturados e pela participação no comércio internacional, daí a necessidade de expandir a oferta desses bens manufaturados.

Além da crise externa provocada pela deterioração dos termos de trocas, o Brasil também sofreu com a queda em sua capacidade de importação⁷ e uma elevação na demanda por importações maior que essa capacidade para importar⁸.

Para se adaptar e eliminar os desequilíbrios provocados pela crise externa, o país adota políticas de contenção das importações, como o controle do câmbio e a elevação de tarifas alfandegárias, incentivando a substituição de importações.

Na época as indústrias alimentícia e têxtil ainda eram os ramos mais importantes do país. Todavia, a industrialização realizada nos anos de 1930 tinha como característica a mudança na composição industrial brasileira. O primeiro estágio do nosso PSI foi focado nos últimos estágios de cadeias produtivas, envolvia a implantação da produção de bens de consumo duráveis.

Entretanto, ao se expandir o polo industrial nacional as relações interindustriais se tornavam mais complexas, havendo logicamente novas necessidades de importações para sustentar novas linhas de produções. Ao mesmo tempo que foram criados ramos industriais, surgiram setores que se destacavam principalmente o químico e o metalúrgico.

Vimos de um contexto em que a política de compra e queima dos estoques de café resultou na manutenção da renda dos cafeicultores, crescendo o nível da

⁶ Nessa seção foi utilizado basicamente duas referências: Economia Brasileira Contemporânea, de Giambiagi (2016); e Ordem do Progresso (1995).

⁷ Isso é o mesmo que: o volume exportado pelo país e preço obtido pelas exportações, relacionados ao preço pago pelas importações.

⁸ O que configuraria o que chamamos de estrangulamento externo.

demanda interna. Nesse período ainda houve um grande processo de urbanização, o que elevou a demanda para os setores de infraestrutura junto ao crescimento industrial. Logo, o crescimento industrial dos primeiros anos do PSI foi possibilitado por se estimular o uso da capacidade ociosa das indústrias.

Com o acontecimento da Segunda Guerra Mundial houve um duplo impacto na economia brasileira: criou-se mais barreiras favoráveis ao PSI; mas também reforçou o estrangulamento externo pela dificuldade de se importar bens de capital. Com isso, a produção industrial brasileira cresceu menos que no período anterior.

O período entre guerras também foi importante para o surgimento de uma pequena indústria de bens de capital com ajuda dos EUA (em troca do apoio brasileiro aos EUA, abdicando do apoio ao eixo). Foi iniciada a construção da siderúrgica de Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Álcalis, sob o controle estatal.

Porém, a estrutura econômica brasileira ainda dependia das importações de máquinas e equipamentos, sendo que as divisas necessárias para efetuar as importações continuavam a ser obtidas pelos ganhos do setor exportador, o que mantinha a vulnerabilidade econômica às variações externas da demanda e dos preços dos produtos exportados.

Em meados da década de 50 havia terminado a etapa inicial do PSI e a política cambial que priorizou as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas para a indústria também foi fundamental para o setor industrial brasileiro continuar se tornando o setor mais dinâmico da economia até 1955.

Para avançar no processo de industrialização nacional e produzir bens de capital e bens duráveis, foi criado um conjunto de projetos desenvolvimentistas buscando rápida industrialização. A participação do capital estrangeiro, através de investimentos diretos na produção e na instalação de empresas multinacionais foi essencial, sendo o papel do Estado de planejador e organizador do processo.

Adotou-se à época o Plano de Metas que vigorou entre 1956-61. A política econômica do plano era expansiva, conseqüentemente, a taxa média de inflação foi bem elevada, caracterizando o período do Plano de Metas como um período de crescimento com inflação.

Após o Plano de Metas era necessário combater a inflação, reduzir os gastos públicos e ajustar a política salarial (alterando a concentração de renda) - um

processo de estabilização econômica que possibilitaria o período de crescimento econômico nos moldes do Governo Militar, que duraria a primeira metade da década de 1970.

O governo Castello Branco criou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), conduzido por Otávio Bulhões e Roberto Campos (dois economistas ortodoxos), prezando o controle dos preços e limitando o poder de compra. O PAEG transferia o ônus do combate à inflação para a classe trabalhadora, através das reformas trabalhista e tributária, além do aumento da repressão às organizações sindicais.

As políticas de ajuste criaram as condições necessárias para o “milagre” econômico, quando se observa que as taxas de crescimento foram impulsionadas pelos setores beneficiados durante o regime militar - e pelo endividamento externo - com um aumento das exportações industriais entre o início e o final da década de 1960. Não obstante, o potencial do mercado interno brasileiro possibilitou, apesar da concentração de renda, maiores economias de escala para as principais indústrias situadas no país. Ainda assim, se manteve a dependência de importações de máquinas e equipamentos e houve uma piora na distribuição de renda.

Já a orientação econômica pós-64 foi voltada para as oportunidades que as multinacionais ofereciam ao país, principalmente baseadas no desenvolvimento os setores especializados nos fatores de mão-de-obra e recursos naturais. A partir de 1967 buscou-se o crescimento econômico através do aumento dos investimentos em setores diversificados, na diminuição do papel do setor público, no estímulo ao crescimento do setor privado, na expansão do comércio exterior e no aumento da oferta de emprego.

Na reforma tributária o governo brasileiro aumentou sua arrecadação para conceder mais incentivos fiscais e subsídios aos setores estratégicos. A reforma financeira criou os fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP, FGTS) e ampliou o crédito para consumo, recuperando parte da demanda reprimida. Teve expansão do crédito ao consumidor e à agricultura, recursos para a construção civil, elevação do gasto público em investimentos de infraestrutura, endividamento das empresas estatais e manutenção dos mecanismos de correção monetária.

Econômica e politicamente estavam criadas as bases para o crescimento econômico no período do “milagre”: a expansão do setor de bens de consumo

duráveis. Os resultados positivos verificados na expansão de 1968-73 deveram-se à plena utilização da capacidade industrial, que estava operando abaixo do ideal, e posteriormente à expansão do setor de bens de consumo duráveis. Além disso, as condições externas favoráveis também foram importantes para a indústria no Brasil, aumentando seu volume de exportações e sua capacidade para importar.

A política de industrialização também passou priorizar novos ramos de exportação, direcionando o PSI para indústrias de bens intermediários. Iniciamos, a partir de 1964, um novo ciclo de exportações de produtos industriais, o qual prometia trazer prosperidade para determinadas áreas e grupos, porém ainda continuávamos com certas dependências externas, como o fornecimento de tecnologia e equipamentos.

Além disso, desde a crise mundial de 1929 e a segunda guerra mundial, a dívida externa aumentou seu tamanho. O endividamento se baseou no aumento da liquidez internacional. Os empréstimos financiavam os déficits comerciais das importações de matérias-primas e de máquinas necessárias à fabricação interna dos bens de consumo.

Ao final de 1973 os preços do petróleo se elevaram, exigindo a restrição da política de déficits comerciais financiados pelo endividamento externo. A situação da economia brasileira tornou-se delicada no período, pois o crescimento do “milagre” foi impulsionado pelo endividamento externo durante a fase positiva da economia mundial que agora se encontrava em uma crise comercial.

O país não só sofreu com a elevação dos preços do petróleo, mas também com o aumento das taxas de juros americanas. Logo, tivemos a soma do aumento de preços dos produtos industrializados importados sem aumento nos preços das exportações.

Essa vulnerabilidade observada durante a crise de 73, fez com que o país não tivesse capacidade de restringir importações enquanto voltava a perder sua capacidade de importação, sendo obrigado a intensificar o endividamento externo e o uso de reservas cambiais.

A interrupção do crescimento do “milagre” e a crise energética mundial foram momentos de redefinição da política econômica. Com a perda do crescimento do período anterior, a estratégia agora era de conseguir um crescimento razoável.

Embora o país atravessasse uma época de desaceleração do crescimento econômico após 1974, as circunstâncias do período colaboraram para a formulação de uma estratégia de substituição de importações nos setores produtores de bens de capital e insumos básicos para a indústria, viabilizada através de sucessivos déficits comerciais, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) - que pode ser definido como uma estratégia de ajuste estrutural na economia promovendo o crescimento econômico por meio da conclusão do PSI na indústria de bens de capital.

Com o II PND, a ênfase passava para o setor de bens industriais, máquinas e equipamentos, a fim de evitar os gargalos que colaboraram para o fim do “milagre” pelo pouco investimento nesses setores. Os quatro eixos centrais do II PND eram: modificações na matriz industrial; importância da iniciativa privada nacional; desconcentração regional; melhoria na distribuição de renda. Sendo assim, o II PND superaria a crise e o subdesenvolvimento, também sendo um plano de reestruturação produtiva.

O momento de realização do II PND precisava de articulação entre investimentos. Logo, recorreu-se ao financiamento externo, ao mesmo tempo em que se descuidava da questão energética, que poderia tornar a economia vulnerável à novos choques externos. Então a necessidade em setores básicos e a crise energética, causada pelo choque do petróleo, direcionavam esforços a esses setores. Juntamente garantiríamos o desenvolvimento de indústrias intensivas em energia elétrica, inclusive para exportação.

Assim, o retorno ao PSI, com II PND, ainda que sem a mesma ênfase setorial do período anterior no setor de bens de consumo, a nova fase de substituição de importações acelerou setores básicos da economia, como os investimentos em fontes alternativas de energia (o etanol, a energia nuclear, construção de usinas hidrelétricas e etc.), garantindo o abastecimento energético num renovado processo de industrialização. A nova política também tirou de foco a produção de bens de consumo duráveis e buscou o desenvolvimento de setores como siderurgia, petroquímica, fertilizantes e metais não-ferrosos.

É importante ressaltar o financiamento com capital externo através de empréstimos realizados junto a bancos estrangeiros que procuravam reciclar os

petrodólares dos lucros que os países exportadores de petróleo obtinham com a alta de preços de 1973.

Dessa forma, com muita liquidez disponível, o juro para empréstimos baixou consideravelmente e tomar dinheiro emprestado para financiar projetos de alto custo parecia uma excelente alternativa, pois muitas vezes os juros eram até mesmo negativos, favorecendo a tomada de empréstimos pelos países da periferia.

Como resultado, entre 1973 e 77, a participação dos projetos de bens de capital aprovados cresceu, os projetos de insumos básicos (matérias-primas e bens intermediários) aumentaram sua participação no mesmo período e houve a crescente participação da indústria nacional no fornecimento de equipamentos. Os projetos das indústrias automotivas e de bens de consumo vinham perdendo importância relativa.

Entretanto, a partir desta época tivemos um crescente endividamento externo verificado desde o final da década de 1960 e os pagamentos de juros foram os principais responsáveis, passando pelos anos do “milagre” econômico até a elevação da taxa de juros internacionais em 1979. Como os empréstimos brasileiros possuíam taxas variáveis, tivemos repercussões negativas na economia após as taxas de juros internacionais se elevarem por causa da política monetária dos EUA.

Apesar de se avançar na redemocratização do país, o Brasil desenvolvia uma crise de endividamento externo que obrigou o governo a adotar políticas de ajuste nas contas externas e nos preços internos, orientando toda a produção nacional para o pagamento da dívida externa. Também os governos sucessores do regime militar, além de presos às consequências do regime, cessaram com a política de desenvolvimento e teve foco total na reestabilização econômica. Após várias tentativas, com debates entre ortodoxia e heterodoxia, caminhávamos apenas para a estabilização da inflação e assim chegamos ao plano real e a política monetária contemporânea do país baseada na âncora cambial.

3.2 A Economia Coreana⁹¹⁰

A Coreia também teve um processo de industrialização tardia como o Brasil. Dentre outras semelhanças, o desenvolvimento econômico sul-coreano também foi marcado por período colonial e ditaduras, em sua fase pré-colonial, a Coreia teve sua economia voltada ao setor externo, ao mesmo tempo em que era uma região de instabilidade política.

A Coreia era tão fraca no contexto asiático que mantinha uma relação com China desde o século XIV como estado tributário. Durante esse período as necessidades coreanas sob orientação chinesa contribuíram para uma elevação das importações de bens de luxo, que eram obtidos em troca de tributos pela China. Portanto, sua produção indústria foi reduzida, enquanto a baixa demanda pela indústria local e as baixas remunerações fizeram a produção agrária de subsistência fosse o foco da população para cumprir as obrigações tributárias com a China.

Quando o Japão entra na disputa pelo domínio da região asiática contra a China durante a primeira guerra sino-japonesa, aumentando a sua presença militar em 1894, em seguida declarando a Coreia como um protetorado em 1905 seguindo a Rússia na guerra e finalmente anexa a Coreia em 1910.

Com isso, surge a dominação japonesa até 1945 e nesse período os sul-coreanos herdaram uma experiência de planejamento econômico centralizado que visava abastecer o mercado doméstico e o japonês. Por exemplo, a economia monetária não havia se disseminada pela Coreia e o Japão passou a introduzir sua moeda no mercado interno coreano, o Yen. Bem como, o Estado coreano independente também herdou uma base manufatureira do domínio japonês e desenvolvimento nas formas de transporte de mercadoria do país.

Entre 1910 e 1920, a produção coreana foi direcionada para a agricultura. O governo colonial japonês instaurou um sistema tributário sobre a posse das terras, via reforma agrária, criando uma ampla burocracia. Em 1919 a metrópole permitiu maior participação da elite coreana nos grupos empresariais, o suficiente para se

⁹ Os dados históricos foram tidos como referência os estudo de Alice Amsden: *Asia's Next Giant e The Rise of The "Rest"*.

¹⁰ Os dados sobre as políticas coreanas foram retirados principalmente dos estudos de Há-Joon Chang: *Chutando a Escada e The political economy of industrial policy in Korea*.

ter uma elite intelectualmente capacitada. Contudo a produtividade média das empresas japonesas ainda era seis vezes superior à das empresas coreanas.

Como o Japão via a Coreia como um valioso ativo por conta de seus recursos naturais, então grande parte da produção de arroz absorvida pelo Japão foi transferida para a Coreia. Na década de 1920, a indústria coreana apresentou desenvolvimento com os investimentos japoneses na indústria química e elétrica no país. Com isso, o Japão inicia na década de 1930, um processo de investimento na indústria pesada coreana em função da primeira guerra mundial, auxiliando na expansão do complexo industrial elétrico e químico em meados de 1930.

Além disso, a escala de tensões na fronteira com a China como o incidente na Manchúria em 1931, levaram à aceleração o desenvolvimento industrial coreano. Os *zaibatsus* japoneses, que subsidiavam a força militar, atuaram fortalecendo a indústria pesada local e criando oportunidades para que a indústria coreana se desenvolvesse, tendo em vista a maior participação da elite coreana, bem como o surgimento de grupos comerciais. Não há dúvidas de que os grupos coreanos que viriam a surgir seriam similares aos grupos japoneses.

Os grupos empresariais coreanos, *chaebols*, tem as principais características de serem companhias independentes sob controle de uma família e várias firmas filiadas, tendo como característica a diversificação. Os *chaebols* não possuíam suas próprias instituições financeiras, dependendo do sistema financeiro estatal e privado. Os *chaebols* são mais diversificados que os *keiretsus* - os grupos empresariais japoneses que surgiram no pós-guerra e coordenados de forma diferente dos *zaibatsus*.

Na década de 1940 a produção industrial se iguala a produção agrícola em termos de valor. Tanto a indústria leve quanto a indústria pesada se expandiram e as indústrias afetadas direta e indiretamente pela guerra cresceram igualmente surpreendente, como a implantação da indústria têxtil e de fibra sintética, além da expansão do complexo químico da Coreia.

Iniciou-se uma especialização na produção de ferramentas, maquinários para mineração, veículos pesados e equipamentos elétricos. Com relação ao comércio e as finanças, os coreanos estiveram ativamente envolvidos em instituições financeiras durante o governo colonial. O Banco Industrial Chosen era composto por coreanos que tinham acesso a posições mais altas devido ao

aumento do número de cotas pelos japoneses, adquirindo, assim, o aprendizado sobre planejamento e mobilização econômica para a industrialização.

Entre 1940 e 1945, a indústria química estava no Norte, enquanto as indústrias têxtil e metalúrgica estavam no Sul. O caso da indústria têxtil merece destaque, pois se tornaria a principal atividade da Coreia em 60. Sendo assim, a Coreia também tinha conquistado conhecimento no setor manufatureiro e uma elite experiente na burocracia estatal durante o período colonial - fatores que tornariam o país capaz de gerir projetos econômicos.

No Norte, logo após o fim da era japonesa, a antiga União Soviética reconheceu a legitimidade da República Popular da Coreia. Um país formado na sua maioria por camponeses e estudantes governados pelos comitês populares. Nesse período, foi dissolvido o sistema latifundiário com a redistribuição das terras, as principais indústrias foram nacionalizadas, os abusos do regime colonial foram extinguidos e se estabeleceu uma igualdade entre homens e mulheres. A política da antiga União Soviética passou a ser orientada para fortalecer o grupo político do Norte, o qual era favorável à sua influência.

Além disso, houve também uma ocupação norte-americana que deu segmento para a reforma agrária iniciada pelos japoneses, redirecionando a produção para a cana-de-açúcar. Embora não se perceba um enriquecimento dos camponeses nesse período, no longo prazo, a reforma agrária no Sul contribuiu para uma redistribuição de renda de maneira igualitária.

Com o apoio norte-americano e o fortalecimento do Partido Democrático da Coreia, em 1948 um político conservador que passou boa parte de sua vida nos Estados Unidos, Syngman Rhee, foi eleito no Sul. No Norte, os soviéticos se retiravam abrindo espaço para o líder comunista Kim-Il-Sung estabelecer uma república socialista. Assim, configurou-se uma geopolítica formada por dois Estados coreanos, com regimes políticos ligados polarização da futura guerra fria.

Esta configuração da Ásia oriental se manteve até que em 1950 se iniciou a Guerra da Coreia. A intervenção dos EUA veio por meio das Nações Unidas, que autorizou o envio de tropas para a região, sendo na sua maioria formada por norte-americanos. Neste contexto político, os chineses apoiaram os norte-coreanos temendo uma aproximação dos norte-americanos ao território da Manchúria, local onde se concentrava seu principal núcleo industrial.

Após a Guerra da Coreia os *chaebols* foram os propulsores do rápido desenvolvimento da Coreia do Sul, onde a maior parte deles se estabeleceu. A guerra acabou por consolidar o regime de Syngman Rhee, com o apoio dos EUA. Sob liderança de Syngman Rhee um diversificado esquema de negócios de isenções fiscais, monopólio dos preços no mercado interno e outros favorecimentos. No Norte a reconstrução de início foi mais rápida com sua reconstrução concluída e a sociedade industrial reconstruída ainda na década de 1950.

Durante a década de 1950, as empresas voltadas para agricultura tiveram seu tamanho diminuído, enquanto os grupos industriais cresciam. Entre 1953 e 1958, o volume da produção da indústria de iluminação foi maior na Coreia do Sul do que nos outros países que integravam a ONU. Excluindo a Coreia do Norte que crescia em ritmo mais acelerado. Até 1959, antes dos movimentos estudantis, a política macroeconômica conduzida por Syngman Rhee fortaleceu importantes setores industriais, com destaque para a indústria têxtil.

Naquela época, o país se encontrava estagnado e imerso em um estado de caos proveniente da Guerra entre as duas Coreias. É a partir da década de 60, após a independência e sob o governo militar de Park Chung Hee de 1961-79, que são implementadas as primeiras diretrizes econômicas, que funcionavam com planos quinquenais de desenvolvimento, responsáveis pelos estágios de maturação da indústria nacional.

O primeiro plano econômico (1962-1966) basicamente redefiniu as relações econômicas do país e criou base para a autonomia econômica. Criado para fortalecer as exportações e a participação comércio internacional, foi a estratégia que se manteve nos planos subsequentes, sempre aliada a proteção de setores e indústrias específicas. Paralelamente, o governo oferecia incentivos fiscais para sustentar sua forte política comercial voltada às exportações. Nesse momento, a prioridade foi a indústria manufatureira de bens intermediários, consideradas indústrias básicas.

Park soube tirar proveito do apoio incondicional dos Estados Unidos através da abertura de mercado norte-americano aos produtos coreanos, diversificado a infraestrutura industrial que era muito dependente dos bens de consumo não-duráveis. Da década de 1960 até a década de 1970, as exportações apresentaram crescimento, tornando-se prioridade das políticas econômicas. O objetivo do

governo era apoiar o desenvolvimento orientando capital para as áreas de maior prioridade.

Se destacaram a estatização dos bancos, para promoção dos setores selecionados - concedendo subsídios fiscais e prêmios vinculados a metas - também foram estimulados e a unificação da taxa de câmbio, também mantida a níveis realistas, suportando o crescimento das exportações.

Além disso, os setores nos quais a Coreia do Sul estava se inserido eram setores que possuíam uma estrutura de economias de escala. Portanto, o governo subsidiou fusões e aquisições a partir de 1965 com a finalidade de incrementar o porte das empresas existentes. Entre esses financiamentos estavam a fusão dentro do ramo automobilístico, em 65, e do PVC, em 69.

A partir da década de 1960, com a implementação do primeiro plano, o PIB da Coreia do Sul apresentou boas taxas anuais de crescimento. Parte desta evolução se deve em razão do rompimento das alianças formadas pelo governo anterior assim como as iniciativas de Park na esfera econômica.

No segundo plano econômico (1967-1971), a orientação para fora foi mantida com investimentos na melhoria da indústria de base pesada voltada para bens intermediários, mas com foco em outros setores. Além da absorção da produção pelo mercado norte-americano, o mercado interno passa a ser relevante na medida em que um PSI é colocado em prática e com a evolução gradual da indústria coreana.

Neste ponto da industrialização asiática, pela competitividade no mercado não ser um processo sem custos e a industrialização envolver setores que demandam economias de escala, uma das preocupações era a excessiva competição e seus custos sociais, bem como investidores de menores portes. Paralelo a isso, a Coreia montou uma “força-tarefa” que lidaria diretamente com a residência presidencial. A finalidade geral disso era sanear as dúzias de empresas ineficientes e roladoras de dívidas que surgiram com o *boom* de investimentos; sendo assim, o estado promoveu uma séria de liquidações, vendas e aquisições.

Também, a indústria coreana ainda não apresentava capacidade tecnológica para atender as metas propostas pelo governo. A importação de tecnologias, era crucial para o desenvolvimento da indústria nacional, tanto que as restrições eram isentas para esses tipos de produtos. Não obstante, tais indústrias ainda não eram

capazes de exportar seus produtos, dado o baixo investimento do estado e a dependência das importações.

Logo se iniciou a criação de uma estrutura de política científica e tecnológica no país focando no longo prazo. O governo iniciou um período de investimentos em instituições de pesquisas, as quais tinham o dever de diminuir o fluxo de tecnologia importada. É neste momento que o governo cria o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia (KIST). Esta estrutura institucional foi importante na diminuição de dependência tecnológica do país.

No terceiro plano econômico (1972-1976) se investiu na indústria pesada. O governo continua focando na implementação de suas indústrias selecionadas, principalmente a indústria pesada química. Além disso, prepara a infraestrutura para incorporação da indústria naval e automobilística. Foi criado em 1973 o Fundo Nacional de Investimentos para manter o nível de investimento captando recursos dos bancos a taxas de juros baixas.

A industrialização da década de 1970 até a década de 1980 apresentou algumas diferenças aos demais países asiáticos e latino-americanos: 1) Houve baixa participação de investimentos diretos externos; 2) Centralização financeira no Estado; 3) Os grupos coreanos como executores do projeto de industrialização.

No plano seguinte, entre 1977 e 1981, manteve-se a estratégia de expansão da indústria pesada. Porém o país enfrenta momentos de fragilidade, devido à necessidade de capital para conclusão do PSI. Nesse período a dívida externa subiu e aumentou a dependência do petróleo importado, devido ao esforço de desenvolvimento da indústria petroquímica.

Junto às dificuldades econômicas enfrentadas no fim da década de 1970, a Coreia do Sul enfrenta também um grave momento de instabilidade política com o assassinato do presidente Park Chung Hee em 1979. Internacionalmente, a Coreia sofria pressões dos demais países para abrir o mercado interno e colocar fim ao protecionismo à indústria local.

O país viveu um período de instabilidade até que o novo presidente militar, Chung Doo Hwan, assumisse o poder em 1980. Chung permaneceu no comando até 1987, período no qual houve continuidade das estratégias de desenvolvimento iniciadas por Park. Dessa forma, implementou-se o quinto plano econômico (1982–

1986). Atenta-se também para o desafio de retomar o crescimento coreano que foi cessado nessa mesma época.

Durante o quinto plano econômico (1982-1986), o governo concentrou os investimentos nas indústrias de informática e eletrônica, destacando-se a produção de componentes eletrônicos que seriam usados como insumos na produção de bens de informática e telecomunicações. Esse foi o período de fortalecimento das indústrias de ICT e de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

É a partir dos anos 80 que se inicia uma política de investimento em P&D. Durante o governo Chung, o foco das políticas do Estado era aumentar a competitividade das empresas coreanas no mercado internacional, buscando as colaborações entre institutos de pesquisa e empresas. O governo também consolidou todas as leis que versavam sobre recursos e assistência técnica em um único instrumento, o *Industry Development Law*.

Ainda nessa época, mais precisamente entre 1984 e 1988, temos uma segunda rodada de políticas voltadas a liquidações e aquisições de empresas ineficientes, com o foco em setores que estavam declínio na época. Além de haver uma privatização dos bancos estatais. Apesar disso, o contexto político e econômico ainda limitar a autonomia desses bancos privatizados. Todavia, as empresas coreanas e japonesas nessa década estavam migrando do investimento interno para aquisições e afins, como o crescimento nas integrações horizontais.

Em 1986, o país conseguiu saldo positivo; entre 1990 e 1998, os investimentos no exterior superaram os investimentos estrangeiros no mercado doméstico. Os governos passaram a reduzir as limitações e barreiras aos investimentos internos e externos, mas os impostos sobre importações ainda eram de aproximadamente 30% no meio da década de 80. O único problema que veio a surgir entre as décadas de 1980 e 1990 foi o crescimento do poder monopolístico de alguns *chaebols*, havendo necessidade de regulação sobre o tema.

Sobre o período da crise da dívida coreana, o processo de recuperação da economia ocorreu em paralelo a uma expansão industrial e uma elevação da produtividade que permitiam superávits comerciais, possibilitando um acúmulo de reservas que enfraqueceram a dívida externa.

No ano de 1988 houve a transição do regime militar para o governo democrático com a eleição do presidente Roh Tae Wov. Dando seguimento ao sexto

plano econômico (1987–1991), Roh aprofundou os investimentos em P&D e deu continuidade a um processo de crescente liberalização do mercado, embora o setor privado ainda agisse no escopo das determinações do governo.

Durante o sexto plano econômico, as mudanças mais significativas ocorreram visando a liberalização dos mercados financeiros. O governo atuou reduzindo os subsídios fiscais, a regulamentação das importações e do câmbio, além de privatizar empresas públicas. Na mesma medida, aprofundou a política de ciência, tecnologia e inovação (CTI), orientada para fortalecer a infraestrutura das empresas privadas, dentre as quais, destacam-se os *chaebols* do setor automotivo e de semicondutores.

Durante os anos 90, seguiu-se com os planos em reduzir a intervenção do Estado na economia, como o fim dos planos quinquenais e da política de indústrias selecionadas. O país já tinha alcançado desenvolvimento suficiente e estava tecnologicamente forte para abandonar algumas políticas protecionistas.

Os coreanos se posicionaram estrategicamente na América do Norte e na Ásia. Na América do Norte, os investimentos foram em busca do maior mercado consumidor do mundo e de um upgrade tecnológico; na Ásia, de mão-de-obra barata e maior participação de mercado em países emergentes.

Como se sabe bem, o contexto da década de 90 também foi marcado por crises financeiras e inflacionárias nos países em desenvolvimento (Rússia, México, Brasil etc.). Com o sudeste asiático não foi diferente e a Coreia chegou a ser contaminada – que herdou a situação financeira dos períodos anteriores, como comentamos –, além de sofrer as consequências frente os países fornecedores de crédito e divisas.

Dada situação da década de 90, a Coreia do Sul promoveu ampla reestruturação de sua política econômica. Foram conduzidas reformas financeiras e os fluxos de capitais já não eram mais controlados pelo Estado. O governo de Kim Dae Jung, iniciado em 1998, implementou medidas dentre as quais estavam a reestruturação dos endividados *chaebols* e do setor financeiro.

3.3 O Comparativo histórico entre Brasil e Coreia Do Sul

Ambos os países tiveram sua inserção no comércio internacional de forma muito similar. A Coreia teve sua colonização feita pelo Japão e sendo uma região de conflitos e disputa pelo seu domínio contra a China, principalmente por ser uma boa região para se investir, e sempre manteve seu caráter agroexportador e tributário para sua metrópole, sendo constantemente explorados economicamente. No Brasil não foi diferente, porém não houve tais disputas territoriais a nível de guerra, e o país chegou a se inserir no comércio mundial com a extração de ouro, ainda enquanto colônia de Portugal.

Tabela 1: Comparativo período pré-industrial

	Brasil	Coreia
Estrutura Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo Açucareiro (Século XVI – XVII) • Ciclo Aurífero (Século XVIII) • Ciclo Cafeeiro (Século XIX – 1930) • Ciclo da Borracha (1890 – 1915) • Metal-siderurgia (1930 – 1945) 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia Agrária de Subsistência (Século XIV – XIX) • Cultivo de Arroz (1910 – 1940) • Indústria elétrica, têxtil e química (1940 – 1950) • Indústria de iluminação (1950 – 1960)
Estrutura Política	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil Colônia (1500 – 1822) • Brasil Império (1822 – 1889) • Primeira República (1889 – 1930) • Era Vargas (1930 – 1945) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado Tributário Chinês (Século XIV – XIX) • Território japonês (1910 – 1945) • Separação da Coreia do Sul (1950)
Políticas Industriais	<ul style="list-style-type: none"> • Concessões e subvenções (Brasil Império) • Redução de tarifas de importação (Brasil Império) • Financiamento americano (Era Vargas) • Cotas e licenças de importação (Era Vargas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento japonês (1920 – 1945) • Participação da elite coreana (1919 – 1945) • Financiamento japonês (1920 – 1945) • Intervenção militar americana (1950)

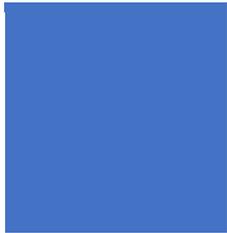
- Isenções fiscais e monopólio de preços (1950 – 1960)

Elaboração própria

De forma parecida, os países começam com um processo de industrialização tardia e igualmente por volta do fim da primeira metade do século XX. A primeira divergência nas estruturas produtivas dos países começa aqui, majoritariamente pela herança do pós-guerra. Os coreanos herdaram uma capacidade administrativa dos japoneses e a indústria nascente financiada pelos mesmos com finalidade de expandir sua capacidade produtiva, adquirindo uma base industrial elétrica e química. Nós tivemos que superar a crise mundial de 1929 e a dependência do café direcionando os excedentes econômicos desse setor para a industrialização - com algum financiamento americano para nosso complexo metal-siderúrgico.

Tabela 2: Período de industrialização

	Brasil	Coreia
Estrutura Política	<ul style="list-style-type: none"> • Era Vargas (1930 – 1945) • Vargas (1950 – 1954) • JK (1956 – 1961) • Período militar (1964 – 1985): Castelo Branco (1964 – 1967) Costa e Silva (1968 – 1969) Médici (1970 – 1974) Geisel (1975 – 1979) Figueiredo (1980 – 1985) 	<ul style="list-style-type: none"> • Syngman Rhee (1950 – 1961) • Governo militar (1962 – 1988): Park Chung Hee (1962 – 1979) Chung Doo Hwan (1980 – 1988) • Roh Tae Wov (1989 – 1993)
Políticas Industriais	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Fase do PSI (Era Vargas) • 2ª Fase do PSI (Juscelino Kubitschek) • 3ª Fase do PSI (Período Militar) • 4ª Fase do PSI (Período Militar) 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Plano Econômico (1962 – 1966) • 2º Plano Econômico (1967 – 1971) • 3º Plano Econômico (1972 – 1976) • 4º Plano Econômico (1977 – 1981)



Elaboração própria

- 5º Plano Econômico (1982 – 1986)
- 6º Plano Econômico (1987 – 1991)

Em termos de política econômica os países não destoaram tanto, a princípio, dado que o processo de fases de industrialização foi similar com restrições cambiais e comerciais promovendo o processo de industrialização e restrição de importações, para ser possível haver o PSI. O que realmente se mostra marcante é a coordenação e continuidade por parte do processo coreano, muito devido aos longos mandatos dos presidentes militares na Coreia, mas também haviam diretrizes e contextos claros para se conduzir a política industrial do país como: os grupos empresariais dos *chaebols*; os planos quinquenais; a política seleção de indústrias; a posterior mudança de foco para substituição de exportações; entre outras peculiaridades.

Dentre as dificuldades econômicas do fim da década de 1970 e durante a década de 1980 estavam as dificuldades econômicas que não se cessavam rapidamente. O Brasil perde todo seu crescimento pujante do milagre econômico, ficando com uma frágil situação macroeconômica. Enquanto na Coreia do Sul se enfrentava uma forte recessão na economia, tendo o primeiro decréscimo econômico após se iniciar sua industrialização tardia na década de 1960.

Esse contexto ocorre e se perpetua mais a frente principalmente pela crise do petróleo e dos juros americanos, onde os países enfrentaram momentos de muita fragilidade, devido à necessidade de capital para conclusão de seus respectivos PSIs. Nesse período as dívidas externas subiram e a dependência do petróleo importado era alta. Nesse contexto, não era possível que o Brasil ou a Coreia crescessem sem endividamento.

Justamente nessa época tanto a Coreia do Sul quanto o Brasil enfrentaram um grave momento de instabilidade política: A Coreia com o assassinato do seu presidente em 1979 e eleição de um novo presidente em 1980; O Brasil com o movimento de “Diretas Já” iniciado em 1983.

Internacionalmente é na década de 90 que os países sofrem pressões, inclusive internas, para abrir o mercado e colocar fim ao protecionismo da indústria local. No Brasil temos esse claro movimento se iniciando com Fernando Collor. Diferente do caso brasileiro, a Coreia consegue se tornar competitiva no contexto mundial.

Enquanto o Brasil estava constantemente renegociando seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional, a Coreia do Sul saldava antecipadamente seus compromissos. Todavia, ainda foi impressionante a tendência da economia mundial comandada por grandes empresas multinacionais – os keiretsus japoneses, os chaebols coreanos e alguns grupos latino-americanos – que se somaram aos conglomerados norte-americanos e europeus.

Os contrapontos de fato estariam no fato de os coreanos retomarem suas elevadas taxas históricas de crescimento do PIB enquanto o Brasil, no pós-1999, perde seu foco em superar seu histórico atraso no processo de industrialização e desenvolvimento frente os países desenvolvidos do centro econômico mundial.

Tabela 3: Comparativo de políticas industriais

	Brasil	Coreia
Fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em empresas públicas • Isenções Tributárias • Cotas de importações 	<ul style="list-style-type: none"> • Isenções Tributárias • Estatização dos bancos • Prêmios vinculados a Metas • Liquidações e Aquisições de empresas privadas ineficientes
Monetários, Cambiais e Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Arrocho Salarial • Reforma no sistema financeiro • Renegociação da dívida interna • Endividamento e financiamentos externos • Cotas e desvalorizações cambiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Endividamento e financiamentos externos • Unificação Cambial

Foco Exportador	<ul style="list-style-type: none"> • Foco ainda agroexportador • Processo de substituir importações • Protecionismo econômico 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco exportador primário • Substituição de Importações • Substituição de Exportações
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação do PND I e II • Planejamento Público-Privado para zonas industriais 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão institucional • Especialização de instituições públicas novas • Política guiada pela elite <i>chaebol</i>

Elaboração própria

4. ANÁLISE EMPÍRICA E DESCRITIVA DE BRASIL E COREIA DO SUL

4.1 Metodologia

O estudo em questão deve ser considerado como dedutivo e exploratório de natureza qualitativa, em sua análise comparativa histórica, e quantitativa, na medida que utilizará dados secundários obtidos por meio de publicações disponibilizadas em sítios institucionais em níveis internacionais.

Primeiro foi feita uma revisão da literatura, por meio de pesquisa bibliográfica, buscando contextualizar a formulação originária da tese Prebisch-Singer e seu funcionamento. Depois quais estudos existe sobre o debate acerca do tema.

Segundamente foram levantadas informações históricas relevantes para o estudo comparativo entre Brasil e Coreia de Sul por meio da revisão histórica dos processos de industrialização de ambos os países, também levando em consideração seus ciclos nacionais de formação econômica, além do contexto internacional desses eventos.

Por fim, será feito uma análise comparativa dos países citados utilizando estatística descritiva com dados obtidos em sítios de institucionais internacionais como Banco Mundial, Atlas da complexidade Econômica, UN Comtrade e WITS. Esse último estudo tem a finalidade de observar os impactos e resultados, em 23 anos, dos respectivos processos de industrialização tardios estudados. Foram escolhidos apenas os indicadores relevantes a teoria aplicada no estudo: Taxas de

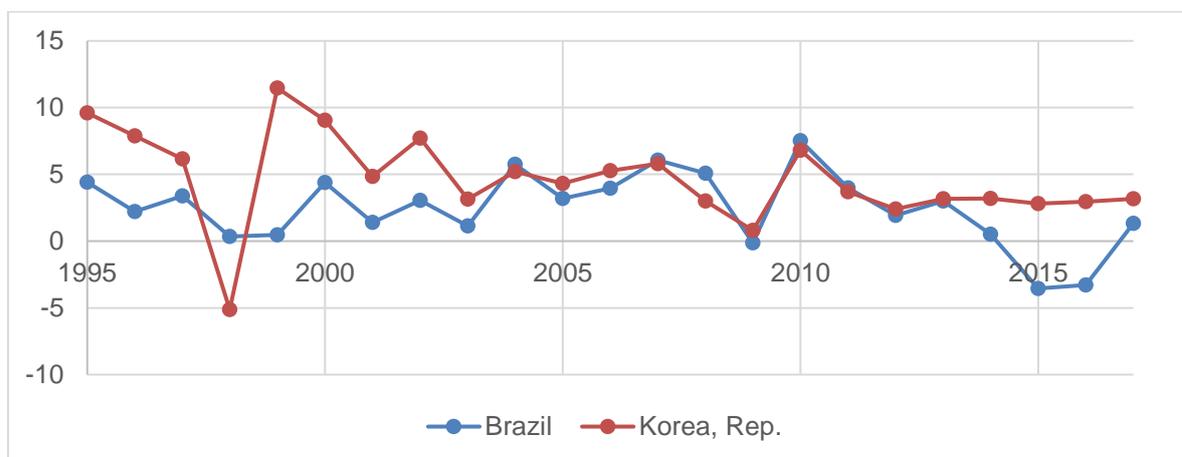
inflação; Crescimento do PIB; PIB per capita; Proporção de trabalho assalariado; Vantagens comparativas reveladas; Saldos comerciais e suas variações; Participação da indústria no PIB; Termos de troca; Capacidade de importação; Pautas de importação e exportação.

Estatisticamente analisou-se o período de 1995 a 2017 por ser o período em que foi possível cruzar as informações em todas as fontes utilizadas. Mas também não foi tão prejudicial ao estudo por servir como uma análise *ex-post* dos efeitos das políticas industriais de ambos os países e ainda ser um longo período de 23 anos que também dá continuidade às seções anteriores - onde o estudo parou com a década de 1990 - sem haver problemas de descontinuidade ou lacunas históricas e causais. Ou seja, a análise histórica pode ser entendida como um estudo *ex-ante* da permanência, ou não, da tendência de deterioração dos termos de troca.

4.2 Resultados e Discussões

Ao se observar os dados de crescimento do PIB de ambos os países no gráfico 1, percebemos uma volatilidade menor para a economia coreana e sua maior estabilidade também reflete na capacidade de recuperação da economia coreana em períodos de recessão mundial - como em 2009 - ou interna - como em 2014 para o caso brasileiro e 1998 para o caso coreano.

Gráfico 1: Crescimento percentual do PIB - Brasil x Coreia

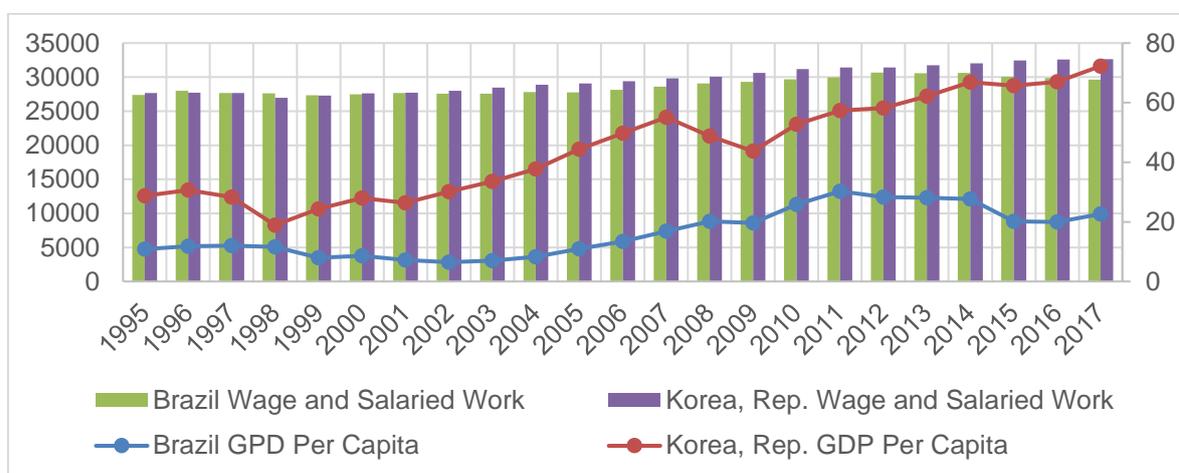


Elaboração própria

Fonte: World Bank (2020)

No comparativo do Gráfico 2, entre o PIB per capita de ambos os países, é possível perceber a divergência que se forma entre Coreia e Brasil, que em conjunto ao dado de mão-de-obra formal, também se torna um forte indicador de como se comportaram os ganhos de produtividade em remuneração dos fatores para a economia industrializada coreana, confirmando um dos argumentos da tese de Prebisch – que explica como a economia agroexportadora não consegue acompanhar os ganhos salariais do centro conforme se tem ganhos de produtividade e emprego.

Gráfico 2: PIB per capita x Percentual de trabalhadores assalariados - Brasil x Coreia



Elaboração própria

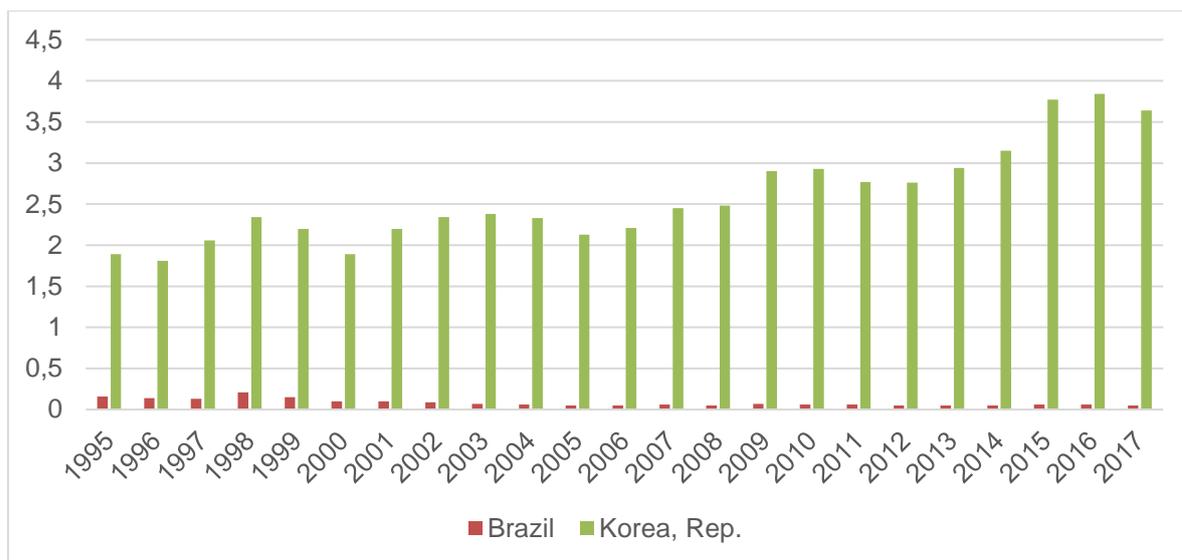
Fonte: World Bank (2020)

Nos gráficos 3 e 4, evidencia-se a disparidade em nível de industrialização dos países, podemos ver como o Brasil possui uma vantagem comparativa revelada para matérias-primas muito elevada frente a Coreia do Sul, enquanto a Coreia perde essa vantagem, quando comparada ao Brasil.

Mas também, é perceptível a queda das vantagens comparativas reveladas do Brasil para manufaturas, enquanto a Coreia consegue se manter num patamar por vários anos. Isso é mais um reforço para a ideia de como o Brasil está num nível de desenvolvimento industrial com baixíssima competitividade comercial – também reforçando em produtividade e valor agregado, que seria justamente o que mede vantagens comparativas, como os ganhos tecnológicos se concentram nos países industrializados.

Por fim, o gráfico 5 mostra que, apesar das políticas industriais aplicadas e suas semelhanças, o Brasil ainda demonstra uma imensa diferença na participação da indústria na composição do PIB, com a desvantagem para o setor industrial brasileiro.

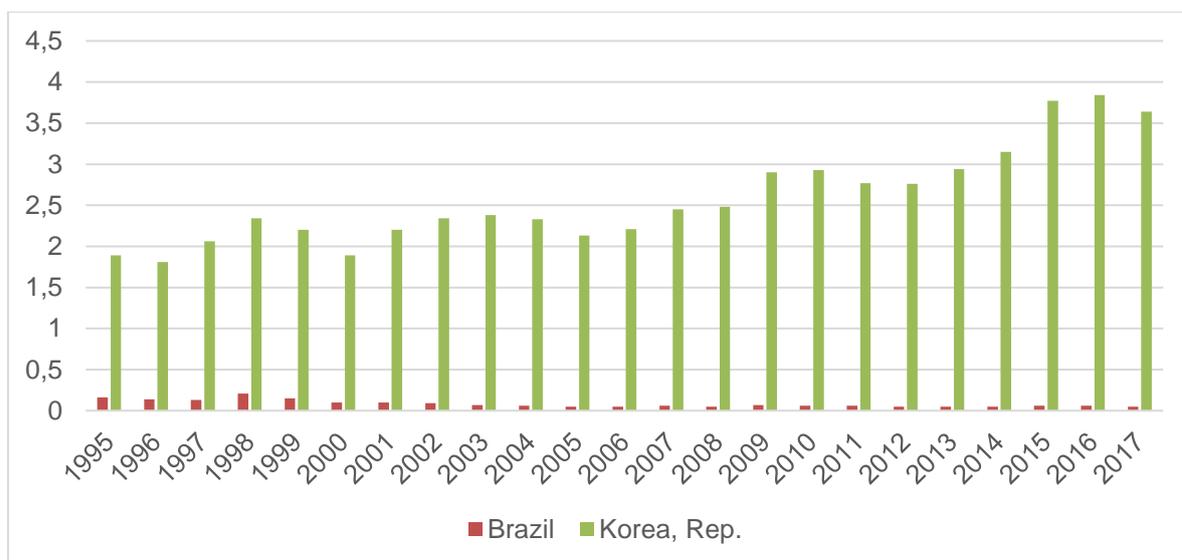
Gráfico 3: Vantagens comparativas reveladas para matérias-primas – Brasil x Coreia



Elaboração própria

Fonte: WITS (World Integrated Trade Solution) (2020)

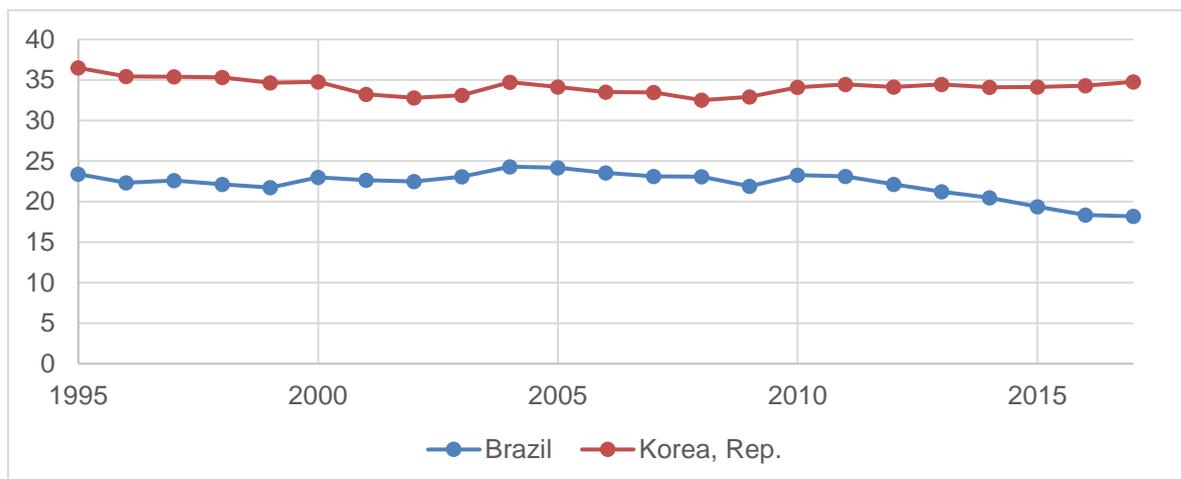
Gráfico 4: Vantagens comparativas reveladas para manufaturas – Coreia x Brasil



Elaboração própria

Fonte: WITS (World Integrated Trade Solutions) (2020)

Gráfico 5: Indústria (incluindo construção), valor adicionado (% do PIB)



Elaboração própria

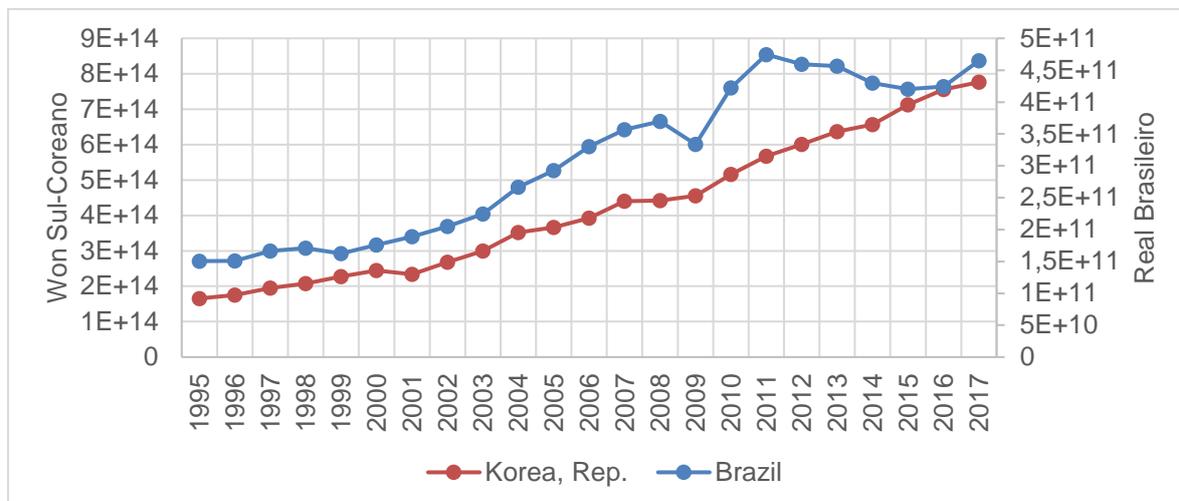
Fonte: World Bank (2020)

Temos também no gráfico 6 os dados de exportação como capacidade de importação (em moeda local) e é possível observar o quanto a Coreia adquiriu de capacidade de importação a partir do momento em que se industrializa.

O Brasil também possui ganhos em sua capacidade de importação, mas claramente a uma constância menor e, podemos ver pelas inclinações das retas, numa velocidade até mais acelerada, se comparado com a Coreia, que se cessa por pelo menos 6 anos. Aqui também é visível a dependência externa do Brasil quando atentamos para os períodos em que sua capacidade de importação oscila: crise mundial, *boom* de commodities e recessão interna – comportamento muito diferente da capacidade de importação coreana, que não decresce em nenhum momento.

Esse ponto também acaba sendo muito relevante para a tese por demonstrar como os países agroexportadores perdem a capacidade de se desenvolver – ou aumentam sua necessidade de endividamento – importando bens de capital e tecnologia, já que não há capacidade para tal.

Gráfico 6: Exportação como capacidade de importação (em moeda local) – Coreia do Sul x Brasil



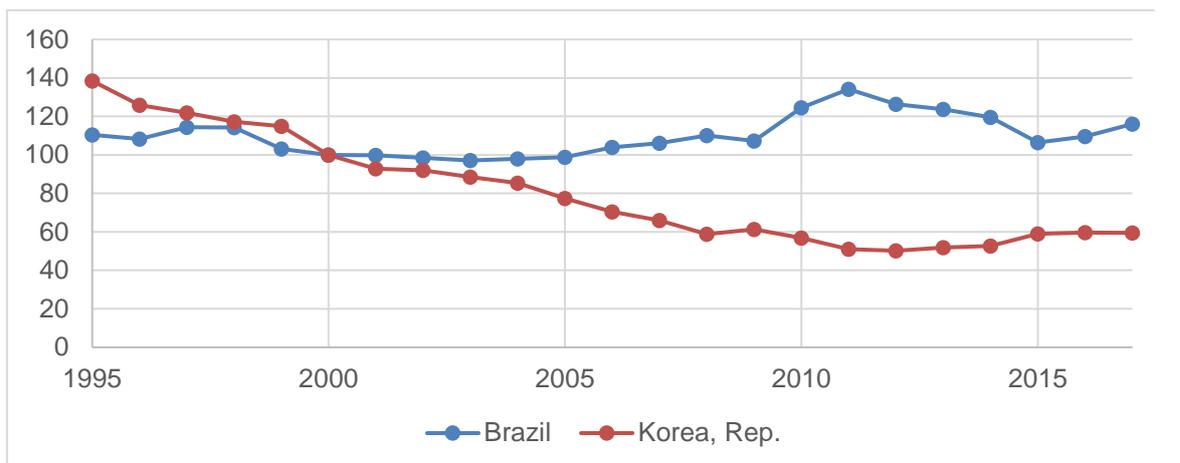
Elaboração própria

Fonte: World Bank (2020)

Por fim, o Gráfico 7, sobre termos de troca líquido, aparentemente se mostra contraditório com a tese. Seguindo toda a causalidade descrita pela teoria e demonstrada pelos dados econômicos de ambos os países, os termos de troca não de reverterem para a economia coreana. Na realidade a Coreia perde acentuadamente em termos de troca para o Brasil a partir de 1999/2000, que se mantém quase constante ao longo dos anos – apesar de apresentar volatilidade maior nas suas oscilações.

Todavia, ao se analisar os períodos descritos no início da seção (Coreia em 1998 e 2008/2009; Brasil em 2014 e 2008/2009), há mais um viés de confirmação para as premissas de Prebisch e Singer, porque as oscilações dos termos de troca em períodos de crise interna e externa se dão de forma muito mais acentuadas para o Brasil, o que seria explicado pela dependência externa do país e pela capacidade de recuperação coreana – que vimos nos dados de crescimento do PIB.

Gráfico 7: Permuta líquida de termos de troca (2000=100)



Elaboração própria

Fonte: World Bank (2020)

4.2.1 Dados Brasileiros

4.2.1.1 Exportações Brasileiras

Até 2017 a composição das exportações do Brasil se baseia grande parte em produtos primários e, no máximo, produtos derivados desses mesmos, como minério de ferro e produtos de metal-siderurgia, sendo seus principais demandantes Estados Unidos e China.

Como de se esperar, os bens primários e semimanufaturados têm maior participação nas exportações brasileiras e seus principais parceiros são os países do 'Centro' (Gráficos 8 e 9).

Gráfico 8: Para onde o Brasil Exporta

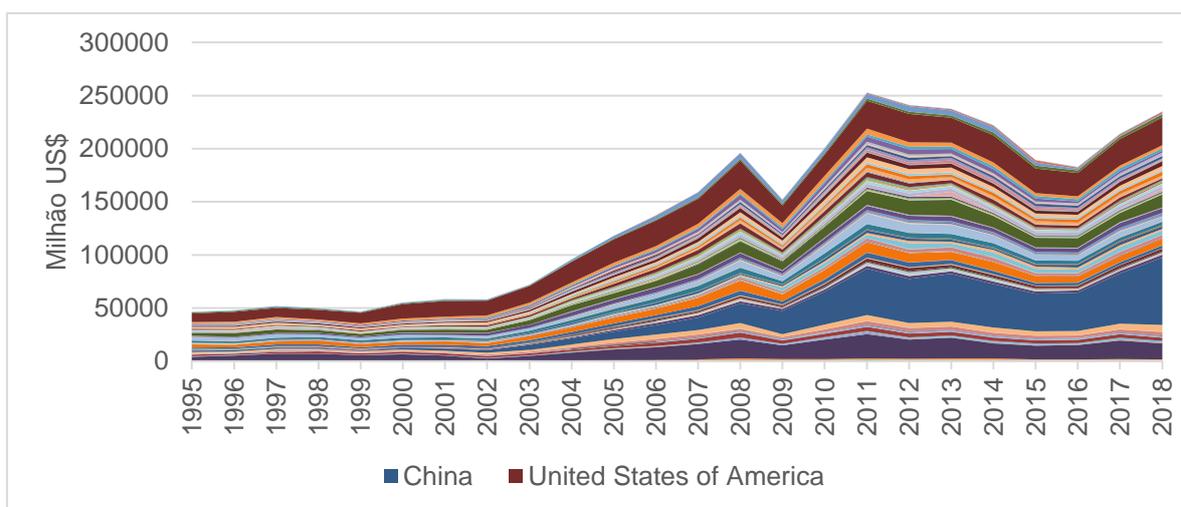
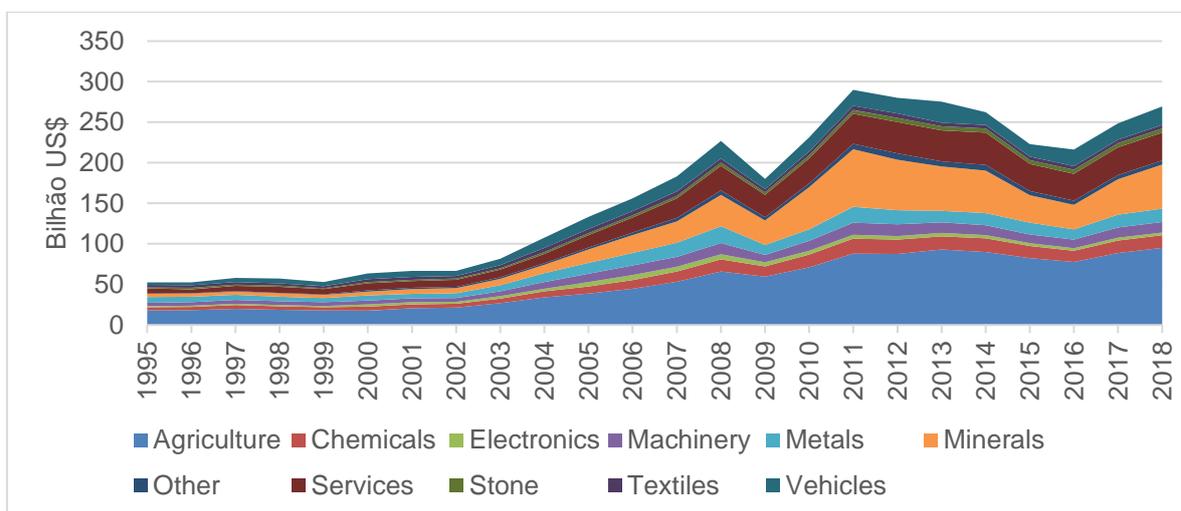


Gráfico 9: O que o Brasil exporta



Elaboração própria

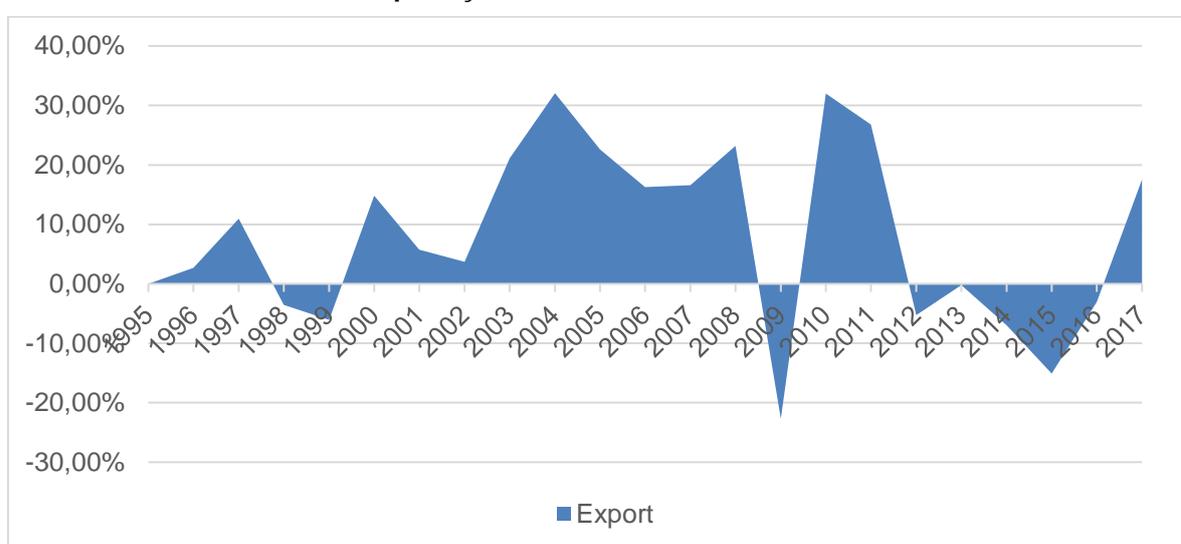
Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

Quanto a taxa de crescimento das exportações vemos no gráfico 10 que do ano de 1995 até hoje, vemos que as exportações tiveram um saldo moderado, mas positivo, de crescimento até 99 – o que pode ser explicado pela nova fase de reestabilização da economia. Depois dessa fase temos o crescimento consistente do governo Lula, que alguns atribuíam ao *boom* das commodities, seguido por um devido decréscimo em 2009, porém não abalou a tendência de crescimento mantida até 2011 (também vale salientar a “quase estagnada” em 2002). Posteriormente temos uma tendência de queda e manutenção da mesma até 2016, quando temos o impeachment da presidente Dilma e o crescimento é retomado em

2017 com os reajustes austeros na economia e uma suposta melhora nas expectativas do setor privado.

Até certo ponto, isso nos mostra como os retornos da economia brasileira estavam inteiramente ligados as flutuações do comércio internacional quanto a elasticidade preço-demanda e renda-demanda dos seus bens primários. Além disso, o fator da queda interna do PIB também parece ter afetado negativamente os níveis de exportação do país.

Gráfico 10: Crescimento de exportações brasileiras



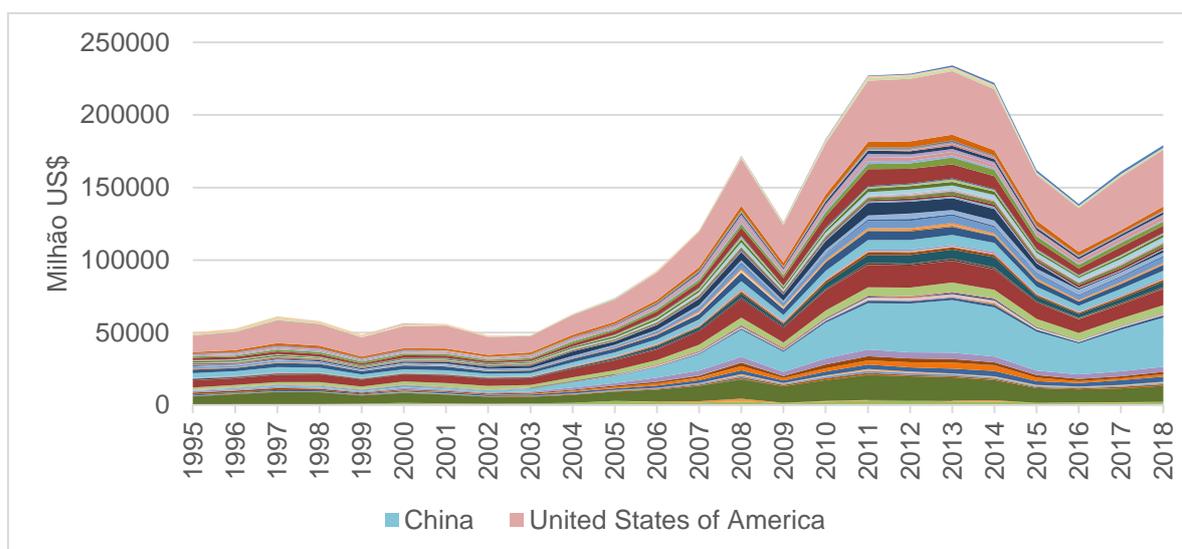
Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.1.2 Importações Brasileiras

Vemos no gráfico 11 que os parceiros comerciais do Brasil não mudam, o que é até de se esperar, dado que os maiores parceiros também são ofertantes de bens manufaturados como vemos muito bem na composição de importações do Brasil. Ou seja, a relação centro-periferia fica um pouco evidente neste momento, ao se correlacionar os dados.

Gráfico 11: De onde o Brasil importa

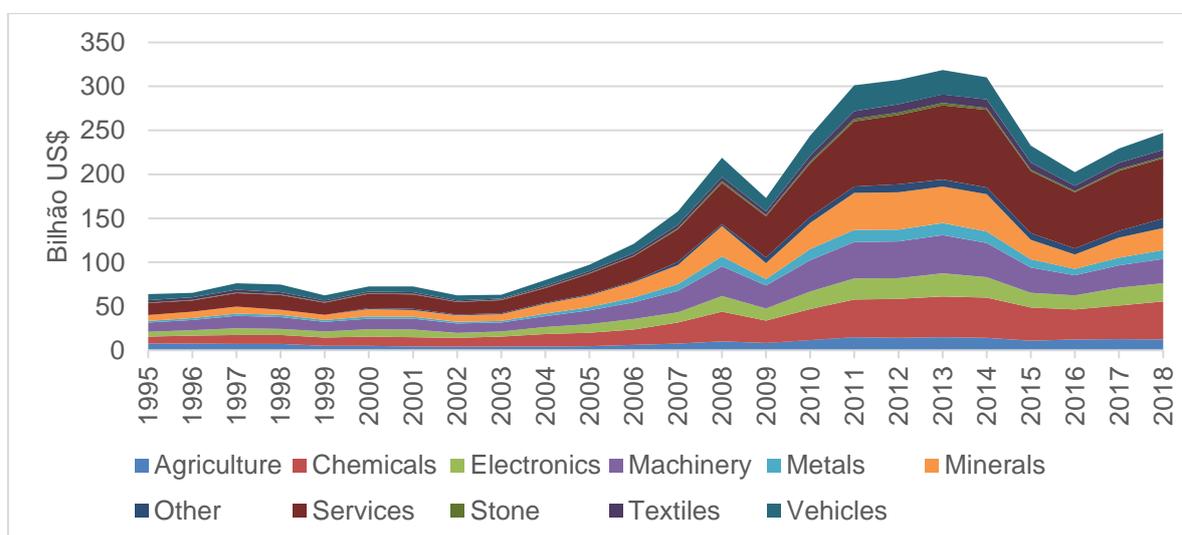


Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

A pauta de importações do Brasil no gráfico 12 em sua maior parcela é composta por: derivados de petróleo, produtos industriais gerais, veículos automotivos, bens relativos a telecomunicações, máquina elétricas e fertilizantes. Curioso atentar para dois fatores: (i) - exportamos petróleo, entretanto importamos seus derivados; (ii) – importamos muita manufatura, que em sua maior representatividade não é traduzido em bens de capital, ou importamos bens intermediários como os fertilizantes, componentes eletrônicos e derivados de petróleo.

Gráfico 12: O que o Brasil importa



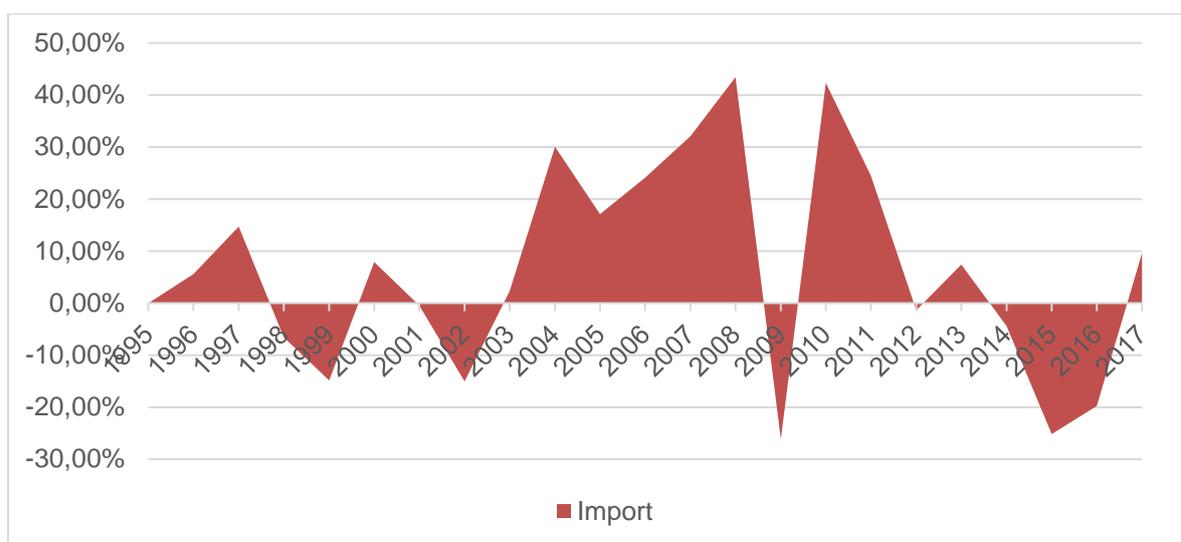
Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

No tocante as importações, os padrões são os mesmos que os das exportações, como mostrado no gráfico 13, com ressalvas para alguns anos: nos anos de 2001 e 2002 as importações não crescem e decrescem, respectivamente; em 2013 há uma crescente das importações; no mais, as tendências são as mesmas e esses valores são “desvios”.

No entanto, esse comportamento dissonante do volume de importações pode estar justamente relacionado a uma problemática da tese Prebisch-Singer: o quanto nossas exportações impactam na nossa capacidade de importar, além da problemática das importações não estarem bem alocadas em bens de capital.

Gráfico 13: Crescimento das importações brasileiras



Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.1.3 Balança Comercial Brasileira

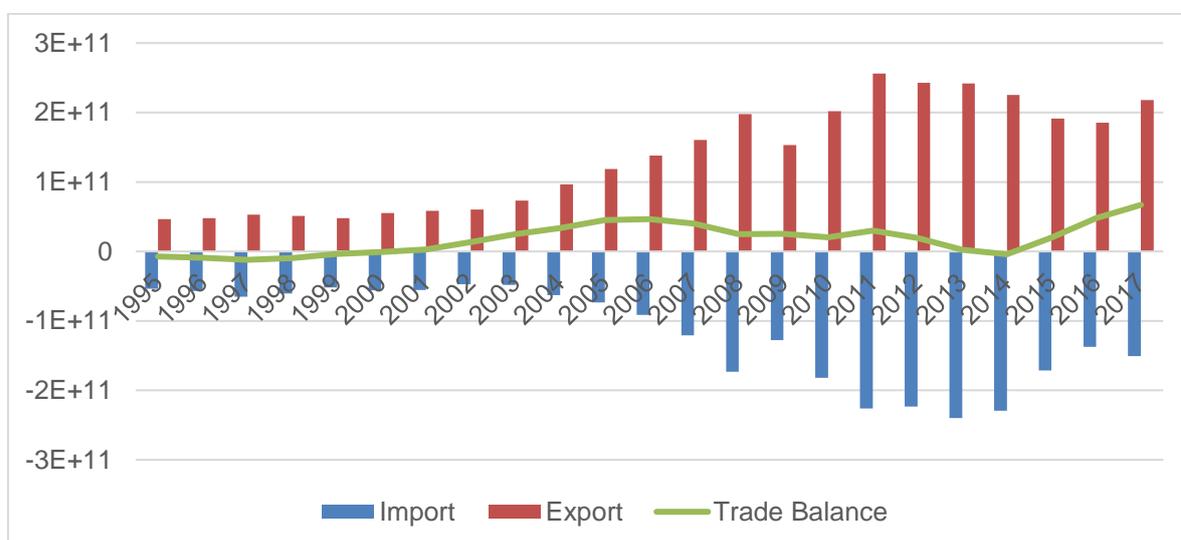
Podemos ver no gráfico 14 que num saldo final das transações correntes o Brasil foi sustentável em seus superávits, exceto em 2013 e 2014 com saldos muito próximos de nulos.

Como já se havia dito, estes dados demonstram a dependência brasileira aos fatores externos para se ter saldos excedentes, algo que não se sustenta nos

períodos de crise externa e também quando não podemos contar com o setor externo para reduzir as perdas das crises internas.

Também correlacionando – ou demonstrando a sua ausência - os dados de crescimento do PIB e saldos comerciais não se encontram. Em 2010 há uma das maiores taxas de crescimento dos anos 2000 próximo aos 8% de crescimento, mas com um saldo comercial ainda menor que do ano posterior. Sendo essa, ao nosso ver, mais uma negação de como a ideia de livre comércio pode ter deficiências explicativas.

Gráfico 14: Saldo de balança comercial do Brasil



Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.2 Coreia Do Sul

4.2.2.1 Exportações Coreanas

Nas exportações coreanas vemos a presença tanto de automóveis quanto outros meios de transporte, componentes elétricos, derivados de petróleo, produtos relativos a telecomunicações e instrumentos óticos.

Seus principais parceiros comerciais são China e EUA – China a frente do EUA, pode haver relação com o fator geográfico para se explicar isso -, seguidos por Japão e Hong Kong, que estão como a Argentina para o Brasil na sua lista de parceiros.

Esses dados dos gráficos 15 e 16 mostram que a economia coreana consegue ter uma penetração muito mais pulverizada no mercado internacional e tanto países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos demandam seus bens finais para consumo 'individual' ou familiar.

Gráfico 15: O que a Coreia exporta

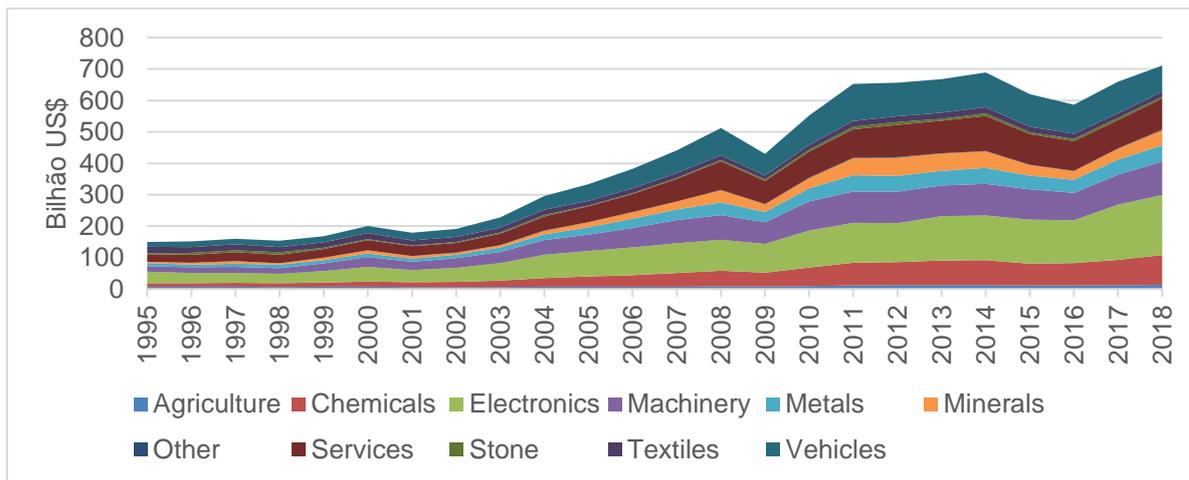
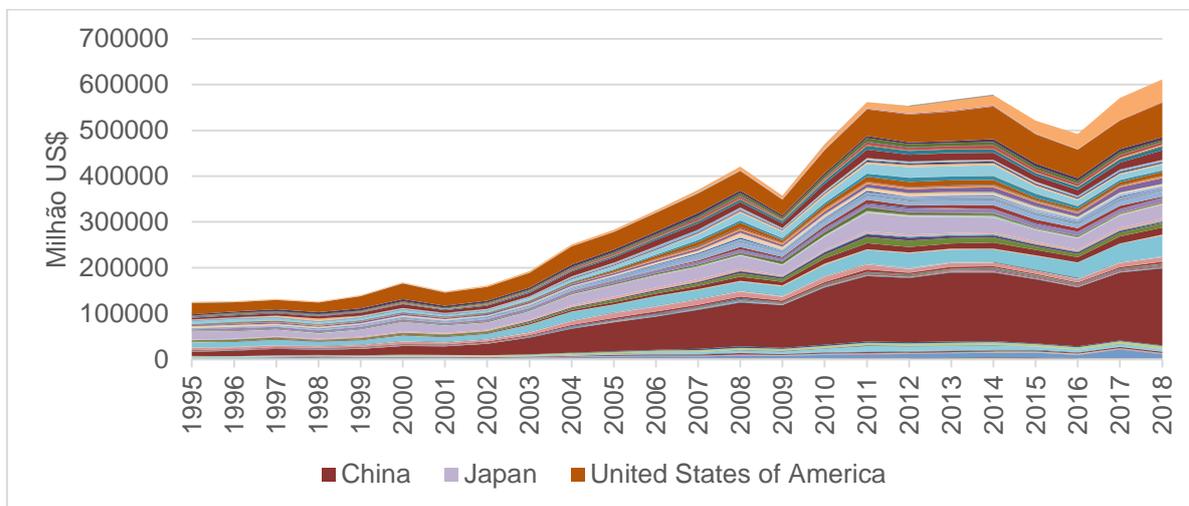


Gráfico 16: Para onde a Coreia exporta



Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

Quanto ao crescimento das exportações coreanas desde 95, a Coreia teve crescimento sustentado até hoje, salva exceção para os anos de 2001 e 2009, quando há duas crises internacionais e no período acumulado de 2015 e 2016.

No gráfico 17 observamos como as flutuações das exportações são bem menores que no contexto brasileiro e com quedas às vezes até menos acentuadas e com crescimentos maiores e mais constantes.

Gráfico 17: Crescimento das exportações coreanas



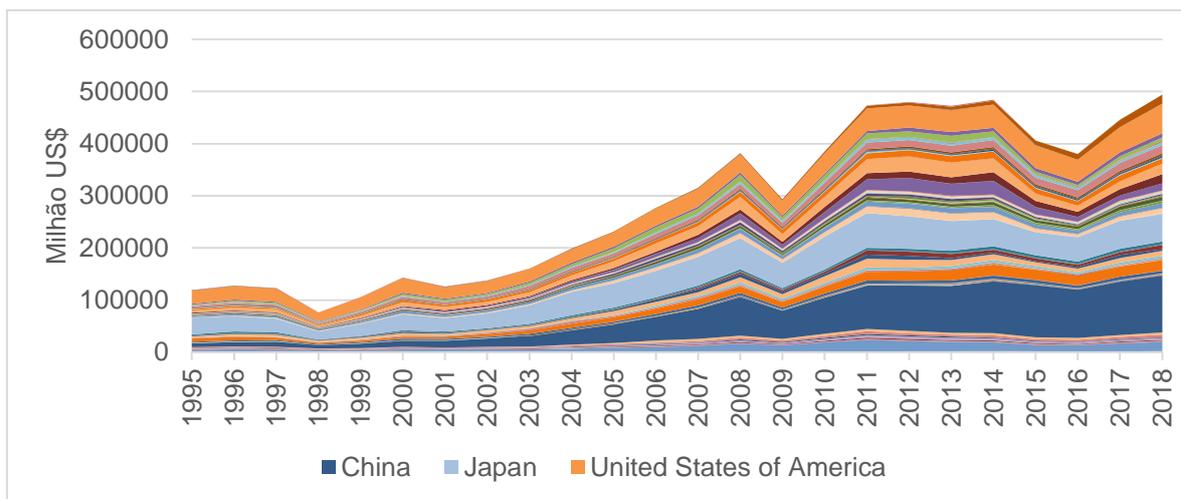
Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.2.2 Importações Coreanas

Já no gráfico 18, sua pauta de importações, a Coreia muda um pouco de parceiros comerciais, Japão supera os EUA e Hong Kong nem entra mais na lista. Porém, pode-se observar que o resto da lista dos parceiros demandantes dos bens coreanos são justamente países asiáticos de base primárias, países árabes exportadores de petróleo ou países asiáticos menos desenvolvidos.

Gráfico 18: De onde a Coreia importa

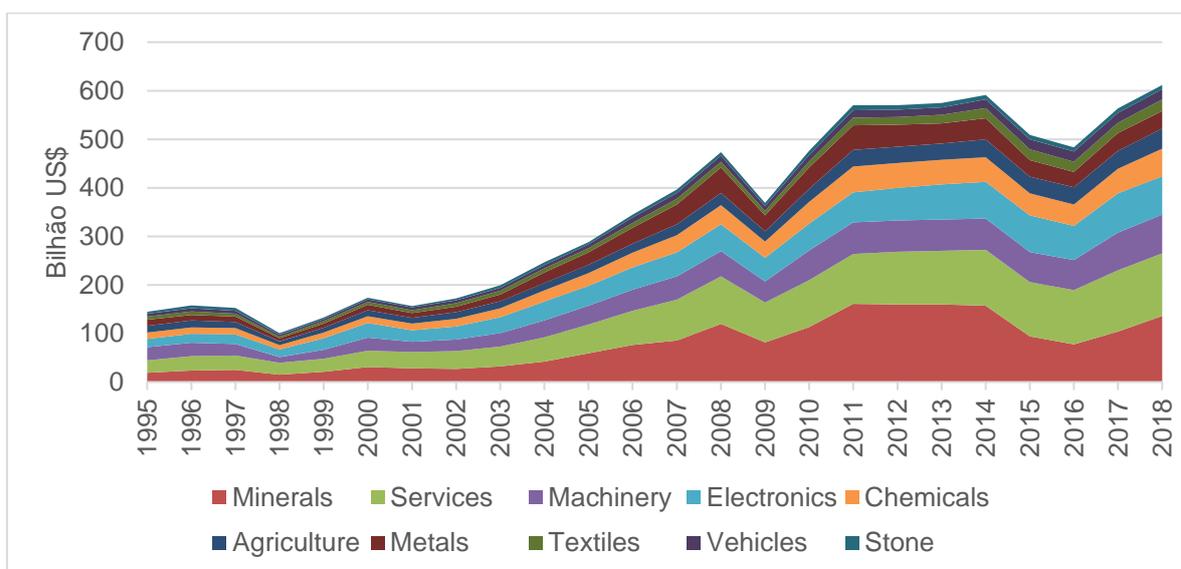


Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

A maior parcela da pauta de importação é formada por óleos de petróleo e óleos naturais, com uma parcela também para componentes eletrônicos, sendo esses 3 grandes blocos responsáveis pela matéria-prima e pelas condições de funcionamento da indústria coreana – no caso, energia e componentes eletrônicos para montagem de outros bens -, como podemos ver no gráfico 19.

Gráfico 19: O que a Coreia importa



Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

As importações tiveram forte decréscimo em 98 e um longo período de queda e/ou estagnação de 2012 até 2016. Também com forte desaceleração em 2001 e 2009 (Gráfico 20).

Gráfico 20: Crescimento das importações coreanas



Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.2.3 Balança Comercial Coreana

De forma geral, o saldo coreano sempre foi muito estável, com uma leve crescente de 2015 em diante. Diferente do Brasil, a volatilidade dos saldos comerciais é bem menor, há também uma melhor constância nesses resultados, ou seja, sem picos de variações por contextos externos (com devida exceção para o caso de 2008/09 que deteriorou toda a demanda mundial). Vale ressaltar também nos valores de volume comercial, que são muito maiores que os do Brasil, cerca de aproximadamente duas vezes maior em certos períodos.

Se for feita a mesma comparação de balança comercial e PIB feita com o Brasil no gráfico 21, vemos a elasticidade do setor industrial exportador é bem mais condizente com as taxas de crescimento coreanas, suas maiores constâncias e menor volatilidade podem ser explicações para a divergência em PIB per capita dos países. Além disso, com a Coreia, sim, as flutuações de PIB seguem as flutuações dos saldos comerciais. Ou seja, a indústria e consequentemente o setor externo

parecem apresentar relevância quando se trata do desenvolvimento econômico coreano.

Gráfico 21: Resultado da balança comercial coreana



Elaboração própria

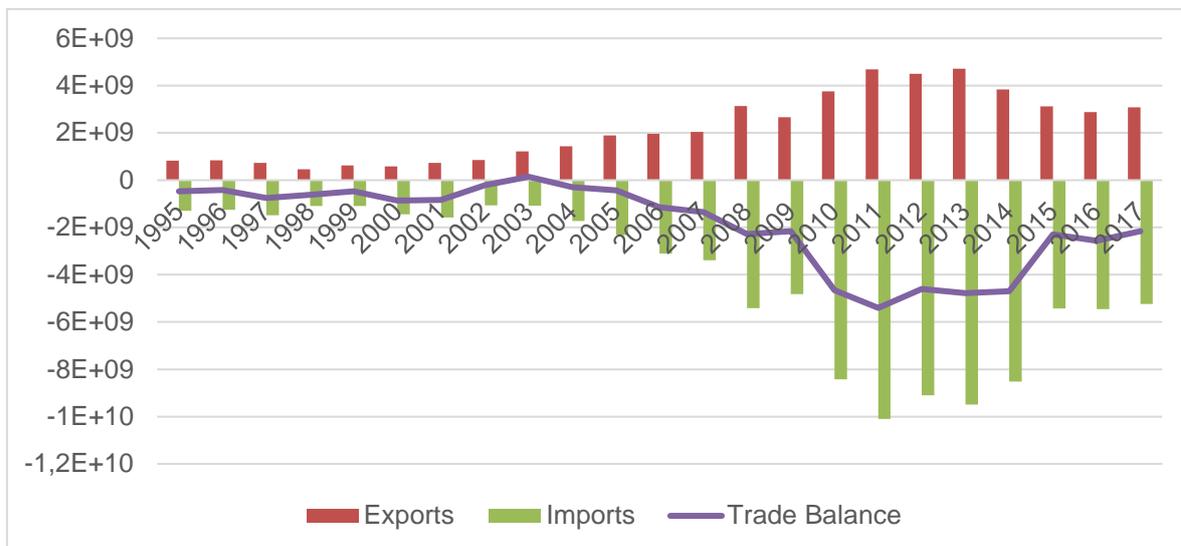
Fonte: UN Comtrade (2020)

4.2.3 Relação Comercial Entre Brasil e Coreia Do Sul

Apenas ter analisado ambos os países e seus resultados comerciais ou macroeconômicos isolados comparativamente foi possível obter pistas importantes do que pode ter sido o impacto final do processo de industrialização desses países para seu desenvolvimento.

Mas só foi possível entender como se dá a relação centro-periferia dos países estudados ao se analisar a balança comercial do Brasil com a Coreia do Sul. Portanto, é aqui que vemos como a Coreia toma vantagens em termos de troca se comparada ao Brasil, porque sua pauta comercial baseada numa estrutura produtiva industrializada possibilita um significativo superávit nas relações comerciais com o Brasil e a crescente em termos de troca, como podemos ver nos gráficos 23 e 24 de pauta de exportação e importação do Brasil com a Coreia do Sul, bem como no gráfico 22 de balança comercial do Brasil com a Coreia.

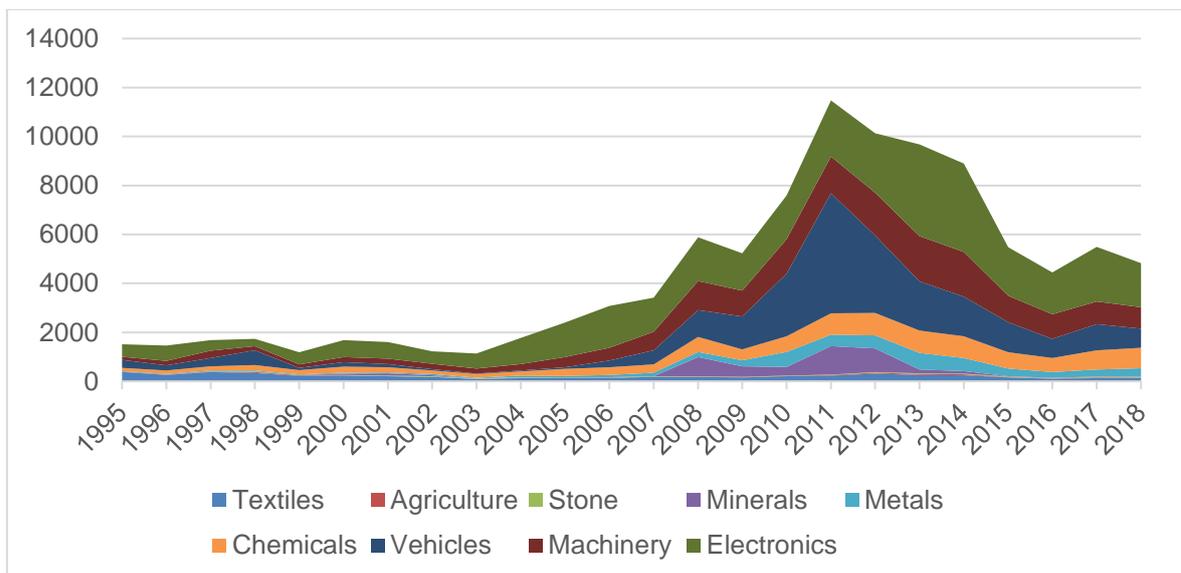
Gráfico 22: Balança comercial do Brasil com a Coreia



Elaboração própria

Fonte: UN Comtrade (2020)

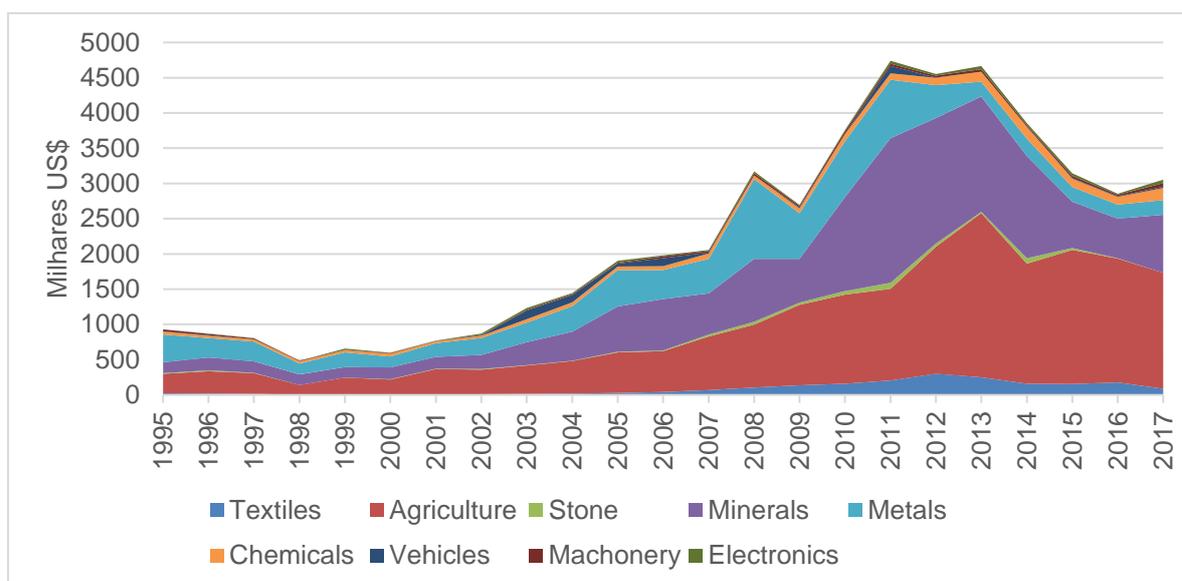
Gráfico 23: Pauta de importação do Brasil com a Coreia do Sul



Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

Gráfico 24: Pauta de Exportação do Brasil com a Coreia do Sul



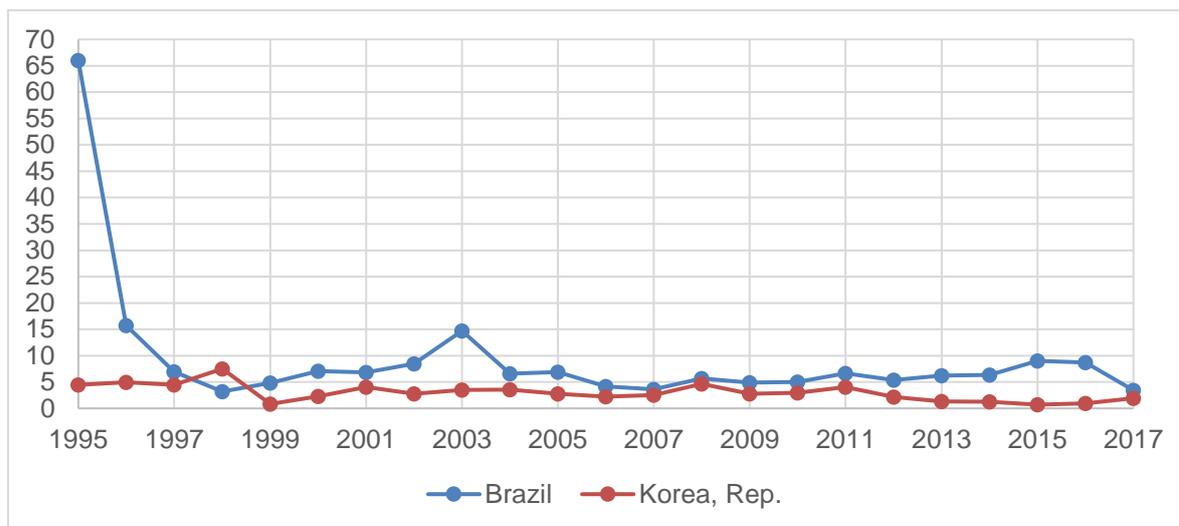
Elaboração própria

Fonte: Atlas of Economic Complexity (2020)

Também podemos medir, segundo os dados e apresentações teóricas que já foram demonstrados ao longo do trabalho, se as principais consequências estruturais para as economias coreana e brasileira se confirmam. Essas consequências devido a ineficácia do comércio internacional são: (i) Taxas de inflação elevadas; (ii) Baixo crescimento.

Como vemos no gráfico 25, o Brasil só teve taxa de inflação menor que a Coreia do Sul no ano de 1998, quando se estoura a crise da dívida asiática, e há uma disparidade muito grande também no ano de 1995 e 1996, nos anos iniciais de controle da hiperinflação brasileira com o Plano Real.

Gráfico 25: Inflação, preços ao consumidor (% anual)



Elaboração própria

Fonte: World Bank (2020)

Ao se analisar os dados dos gráficos 1 e 2, visualmente é perceptível a superioridade coreana no crescimento do PIB per capita. Não obstante a taxa acumulada de crescimento do PIB do Coreano também é maior. Coreia do Sul conquistou 171,3% de crescimento do PIB em 22 anos, enquanto o Brasil conseguiu 72,86% de crescimento do PIB.

CONCLUSÃO

Este trabalho possibilitou entender que a deterioração dos termos de troca ainda pode ser uma das principais causas para as instabilidades macroeconômicas dos países periféricos, mais especificamente o Brasil. Com isso, pôde-se perceber a real necessidade políticas econômicas e políticas de desenvolvimento para se enfrentar conjunturas econômicas como a do Brasil, seja em tempos de recessão econômica ou com o objetivo maior de conseguir se desenvolver.

Para se atingir uma compreensão dessa realidade, definiram-se dois objetivos específicos. O primeiro foi verificar a permanência de deterioração dos termos de troca, bem como seus efeitos, com o contexto de desenvolvimento histórico da economia brasileira. Percebeu-se que a formação da economia brasileira se encaixa nas premissas da teoria, bem como a sua dinâmica macroeconômica.

A partir daí foi possível prosseguir no estudo histórico da economia brasileira e comparar como a economia coreana, no que diz respeito a estratégias adotadas por ela em um contexto similar ao brasileiro. Nessa comparação atender-se-ia ao segundo objetivo específico: utilizar a experiência desenvolvimentista sul-coreana para entender como o modelo de industrialização brasileiro foi efetivo frente seus pares.

Ao se utilizar da análise estatística descritiva vemos que os efeitos assimétricos descritos como na tese Prebisch-Singer ocorrem após as tentativas de inserção econômica dos dois países dentro do comércio internacional. Isso comprovaria nossa hipótese inicial de que os efeitos negativos da deterioração dos termos de troca em países com focos em exportações primárias ainda permanecem. Dentre esses efeitos estariam a concentração tecnológica nos países industrializados, a perda de renda e salário real relativa entre os países, a perda da capacidade de importação e os baixos benefícios econômicos de especialização que ocorrem na periferia – contrariando a ortodoxia econômica.

Porém, como já esmiuçado no capítulo de análise dos dados, tem-se, de maneira geral, uma não deterioração dos termos de troca nas últimas décadas ao se analisar a participação geral do Brasil e da Coreia no comércio internacional. De fato, os indicadores macroeconômicos apontaram que a Coreia perdeu termos de troca em relação ao Brasil. Quando muito, o Brasil também se mantém estável quanto a seus termos de troca e a Coreia permanece na tendência de queda.

Não obstante, ao se analisar as relações econômicas entre Brasil e Coreia, a economia sul-coreana salta no saldo de valor exportado por saldo importado com a economia brasileira. Além disso, os produtos trocados entre os países se modificam ao longo do tempo, saindo de um padrão de troca mais equitativo para um padrão visto nas relações de centro e periferia. O Brasil passa a ter um valor de exportação crescente e com maior participação da agricultura e minérios como um todo, enquanto a Coreia possui uma crescente maior ainda no seu valor exportado para o Brasil e um aumento na participação dos setores de eletrônico, maquinário e veículos.

Essa diferença dos termos de troca nas relações entre Coreia do Sul e Brasil com os termos de troca nas relações de ambos os países com o mundo dá margens para uma continuidade no trabalho analisando se as relações de centro-periferia

não são relativas aos parceiros comerciais de cada país, posto que a Coreia do Sul exporta bens industrializados, mas também importa tecnologia em bom volume, enquanto o Brasil é um país exportador de commodities e também importa commodities em bom volume. Ou seja, os países não possuem relações estreitas com o mundo como tem entre si (no sentido de apenas exportar commodities e apenas importar bens de capital, por exemplo). Essa é uma explicação possível para a interpretação dos dados.

Tabela 5: Síntese da análise dos indicadores comerciais

	Brasil	Coreia
Pauta de Exportação	<ul style="list-style-type: none"> • Minérios e seus derivados passam a ganhar mais relevância ao longo do período analisado • Minérios e Agricultura dominam a pauta de Exportação do Brasil com a Coreia 	<ul style="list-style-type: none"> • Maquinário/Equipamento industrial e elétrico são a maior parcela da pauta de exportações durante todo o período analisado • Veículos, maquinários e eletrônicos dominam a pauta de exportações com o Brasil
Pauta de importação	<ul style="list-style-type: none"> • Maquinário/equipamento industrial e elétrico é o que possui maior relevância na pauta de importações brasileira, junto a derivados de petróleo 	<ul style="list-style-type: none"> • Maquinário/equipamento industrial e elétrico também é o que possui maior relevância na pauta de importações coreana, junto a derivados de petróleo
Saldo em Transações correntes	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento de volume comercial a partir de 2004, porém a níveis bem menores que a Coreia do Sul • Saldo crescente, mas com certa volatilidade e comportamento cíclico • Perda em termos de troca nas relações com a Coreia do Sul a partir de 2005 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande crescimento de volume comercial a partir de 2004 • Um saldo moderadamente crescente, mas linear pouco volátil • A partir de 2005 saldo extremamente crescente nas relações com o Brasil

Elaboração própria

Em consonância com os exemplos elencados em nossa análise comparativa, houve diferenças particulares nos rumos e contextos entre as industrializações brasileira e coreana. Obviamente, tais digressões históricas explicariam o porquê das discrepâncias também no desempenho econômico dos dois países, mas não serviriam para determinar alguma tendência de deterioração dos termos de trocas. Pode-se dizer que o modelo sul-coreano foi eficaz em industrializar o país e garantir um maior crescimento do PIB para o país sem as dependências externas que vimos no Brasil, bem como evitar os efeitos sofridos pela periferia, como descrito na tese Prebisch-Singer, que envolveriam não somente o baixo desenvolvimento econômico, mas também as elevadas taxas de inflação ao longo do tempo, corroendo o baixo desempenho econômico.

Como proposições de pesquisas futuras, salientamos a necessidade de análises comparativas muito mais amplas, até com uma maior variedade de países e regiões, além de bases de dados mais específicas com leques temporais maiores. O trabalho também não se propôs a nenhum tipo de estudo quantitativo muito aprofundado, se utilizando de artifícios econométricos, que também podem ser mais explorados a luz dos avanços em teoria econômica que temos atualmente.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, Alice. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. Oxford University Press. New York, 1989.

_____. **The Rise of The "Rest": Challenges to the West from Late-Industrializing Economies**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

CASTRO ALVES, Júlio. **Revisão Empírica da Tese Prebisch-Singer no Período Pós-Bretton Woods**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. The political economy of industrial policy in Korea. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 131-167. Junho, 1993.

DE PAIVA ABREU, Marcelo et al. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

GIAMBIAGI, Fábio et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRILLI, Enzo; YANG, Mew Chang. **Primary Commodity Prices, Manufactured Goods Prices, and the Terms of Trade of Developing Countries: What the Long Run Shows**. *World Bank Economic Review*, Oxford, v. 2, n. 1, p. 1-47. Janeiro, 1988.

HADASS, Yael; WILLIAMSON, Jeffrey. **Terms of Trade Shocks and Economic Performance 1870-1940: Prebisch and Singer Revisited**. *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press, v. 51, n. 3, p. 629-56, Abril, 2001.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

OCAMPO, José; PARRA, Mariángela. The Terms of Trade for Commodities Since The Mid-19th Century. **Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 28, n. 1, p. 11-43. Março, 2010.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111. 1949.

SINGER, Hans. **Strategy of International Development: Essays in the Economics of Backwardness**. 2. ed. Nova Iorque: The Macmillan Press LTD. 1978

_____. Relações de troca no pós-guerra entre países sub-desenvolvidos e países industrializados. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111. 1949.

The Atlas of Economic Complexity, Growth Lab. **What does Brazil export**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=32&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Product&partner=undefined>>.
Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **What does Korea export**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=121&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Product&partner=undefined>>.
Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **What does Brazil import**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=32&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&tradeDirection=import&product=undefined&target=Product&partner=undefined>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **What does Korea import**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=121&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&tradeDirection=import&product=undefined&target=Product&partner=undefined>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Where does Brazil export to**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=32&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Partner&partner=undefined>>.
Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Where does Korea export to**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=121&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Partner&partner=undefined>>.
Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Where does Brazil import from**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=32&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&tradeDirection=import&product=undefined&target=Partner&partner=undefined>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Where does Korea import from**. 2020. Disponível em:
<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=121&year=2017&startYear=1995&productClass=HS&tradeDirection=import&product=undefined&target=Partner&partner=undefined>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

UN Comtrade Analytics, UN Comtrade. **Annual average growth rate of exports (Brasil)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

_____. **Annual average growth rate of exports (Coreia)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

_____. **Annual average growth rate of imports (Brasil)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

_____. **Annual average growth rate of imports (Coreia)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

_____. **Trade Balance (Brasil)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

_____. **Trade Balance (Coreia)**. 2020. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

World Integrated Solution. **Brazil Manufactures Revealed comparative advantages compare with Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Compare/country/BRA/indicator/RCA/partner/WLD/product/manuf/country/KOR;/show/column>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Brazil Raw materials Revealed comparative advantages compare with Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Compare/country/BRA/indicator/RCA/partner/WLD/product/UNCTAD-SoP1/country/KOR;/show/column>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

The World Bank. **Exports as a capacity to import (constant LCU) - Brazil, Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.EXP.CAPM.KN?locations=BR-KR>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **GDP growth (annual %) - Brazil, Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR-KR>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **GDP per capita (current US\$) - Brazil, Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=BR-KR>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Inflation, consumer prices (annual %) - Brazil, Korea, Rep.** 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=BR-KR>>. Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Net barter terms of trade index (2000 = 100) - Brazil, Korea, Rep.**

2020. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/TT.PRI.MRCH.XD.WD?locations=BR-KR>>.

Acesso em: 18 Fev.2020.

_____. **Wage and salaried workers, total (% of total employment) (modeled ILO estimate) - Brazil, Korea, Rep.** 2020. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/SL.EMP.WORK.ZS?locations=BR-KR>>.

Acesso em: 18 Fev.2020.